



PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO D E 2021.

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - Ro.

Período: Janeiro a Dezembro de 2021.

RELATÓRIO

Trata o presente Relatório da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - Ro, referente ao exercício de 2021, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Prefeito — Jose Ribamar de Oliveira, é submetida ao exame deste Controlador Interno, por força da competência estabelecida no inciso III do art. 9º da Lei Complementar Estadual n.º154/96, c/c art. 6º da Instrução Normativa Nº. 65/2019-TCER.

Com base na análise efetuada nos presentes autos, exponho os seguintes comentários sobre as Contas da Administração Orçamentária e Financeira do Município de Colorado do Oeste, relativo ao exercício de 2021.

01- ORÇAMENTO

O Orçamento foi aprovado pela Lei nº 2.261 de 30/12/2020 estimando a Receita e fixando a Despesa no montante de R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta Milhões de Reais), em concordância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.260 de 30.12.2020 e a Lei nº 2.037 de 26.01.2018 – que dispõe do Plano Plurianual.

1.1 Alterações do Orçamento

Durante o exercício, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de créditos adicionais, conforme demonstrado no Quadro Demonstrativos das Alterações Orçamentárias de acordo com o item 1.3 dp Relatorio de Gestão dos autos, decorrentes de remanejamento de dotações e abertura de novos projetos modificando o valor total do orçamento inicial, conforme exposto no quadro a seguir:

QUADO I – DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

TITULO	R\$
--------	-----





Orçamento Inicial	50.000.000,00
(+) Créditos Suplementares	11.841.758,18
(+) Créditos Especiais	19.425.716,75
(+) Crédito Extra Ordinários	0,0
(-) Anulações de Dotações	-8.190.736,20
Total Orçamento Atualizado	73.076.738,73

QUADRO II - COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO.

Receita Atualizada	50.000.000,00	Despesa Autorizada	73.076.738,73
Receita Arrecadada	62.313.169,43	Despesa Realizada	62.786.503,85
Superávit de	12.313.169,43	Economia	10.290.234,88
Arrecadação		Orçamentária	

A economia orçamentária de R\$ 10.290.234,88 - (dez milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), atingiu 14,08% do total da Despesa autorizada de R\$ 73.076.738,73 (Setenta e Três Milhões, Setenta e Seis Mil, Setecentos e Trinta e Oito Reais e Setenta e Três Centavos), verificamos que da economia ocorrida R\$ 4.795.715,01 - (Quatro Milhões, Setecentos e Noventa e Cinco Mil, Setecentos e Cinze Reais e Um Centavo), que representa 6,56% (da despesa atualizada) são valores de fonte de Recursos Convênios que não foram empenhados no exercício ou ainda não licitados; outra fonte relevante que representa 4,82% (R\$ 3.516.502,86), são recursos próprios não aplicados devido a muitas atividades não realizada devido a pandemia.

As demais fontes de Recursos representa o percentual de 2,70% R\$ 1.978.016,81- (um milhão, novecentos e setenta e oito mil dezesseis reais e oitenta e uma centavos), que estão assim distribuídos: 108- FNDE R\$ 301.802,61; 111- Fundeb R\$ 264.085,62; 127-128- SUS R\$ 595.724,69; 115-117- FNAS R\$ 519.056,76 e 122-COVID-19 R\$ 297.347,13 serão aplicados no exercício de 2022.

A Receita Arrecadada teve Superávit de R\$ 12.313.169,43 (Doze Milhões, /Trezentos e Treze Mil, Cento e Sessenta e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos) que atingiu 24,63% do total da Receita Autorizada R\$ 50.000.000,00 (Cinquenta Milhões de Reais), pelo que notamos que não houve atualização da Previsão da Receita.

Verificamos com o demonstrado acima de que o gestor Municipal, mesmo tendo desviado o seu planejamento em contenção de despesas conseguiu manter o equilíbrio das contas previsto no artigo 1º da Lei complementar 101/2000.





Ao Estimar as Receitas prováveis de cada fonte, a administração cumpre o disposto na Instrução Normativa 01/99-TCER e art. 12 da LC 101/2000, utilizando como critério para a previsão o comportamento histórico das mesmas, estará então à administração fundada em bases próximas à realidade para avaliação dos meios de que disporá não se desprendendo, porem, de expectativas sócio-econômicas e conjunturais de caráter regional e nacional, porem não deve ficar na inercia aguardando que as coisa venham de bandeja, investir na arrecadação própria que poderia ser uma fonte de arrecadação importante num momento em que as receitas do município sofre com a redução de repasses da União e dos Estados ao mesmo tempo em que a demanda por serviços públicos aumenta.

Por outro lado, a técnica orçamentária requer obediência a certos princípios que, quando respeitados, tornam o orçamento um instrumento valioso e dinâmico do governo, servindo-lhe, fundamentalmente, a orientar sua atuação na economia. Nele consolidam-se programas de governos, definindo os seus objetivos e determinando, ainda, os meios para alcançá-los, dentro de um planejamento que possibilite aferi-los de acordo com a realidade socioeconômica.

No quadro abaixo, observa-se a Execução do Orçamento pelos órgãos que integram a Estrutura da Administração Municipal, verifica-se que nenhum órgão ou secretaria, na execução das ações de governo, utilizou a totalidade dos créditos orçamentários autorizados. A despesa total realizada correspondeu a **85,92%** da despesa autorizada na avaliação vertical.

QUADRO III – COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA.

Titulo	Orçamento	Orçamento		%
	Atualizado	Realizado		Aplicado
				B/A=AH
	A	В	Economia	B/A
Câmara Municipal	2.228.000,00	2.014.173,49	213.826,51	90,40
Gabinete do Prefeito	1.995.126,71	1.371.295,47	623.831,24	68,73
Séc. M. Adm. Plan. E Finanças	4.974.942,38	4.618.052,61	356.889,77	92,83
Fundo Mun. Assist. Social	4.153.947,65	2.880.091,27	1.273.856,38	69,33
Séc. M. Des. Rural, M. Amb. E	2.323.431,82	1.713.179,27	610.252,55	73,73
Turismo.				
Séc. M. Esp. Lazer e Juventude.	967.626,78	829.294,36	138.332,42	85,70
Séc. M. Infraestrutura.	16.012.261,43	14.177.452,79	1.834.808,64	88,54
Séc. M. Educ. E Cultura	19.355.724,30	16.482.513,75	2.873.210,55	88,16
Séc. M. De Saúde	21.065.677,46	18.700.450,84	2.365.226,62	88,77
Reserva De Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	73.076.738,53	62.786.503,85	10.290.234,68	85,92





A análise do comportamento dos números permite observar que, as funções de governo de grande relevância públicas, como Agricultura, Educação e Cultura, Saúde, Administração e Finanças e no Trabalho e Assistência Social, não foram afetadas dentro do orçamento, em virtude que estas atividades refletem diretamente na qualidade de vida da população local. Os programas e projetos desenvolvidos pelas Secretarias responsáveis pela condução dessas atividades consumiram, na Secretaria de Educação e Cultura 88,16% na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças 92,83%, na Secretaria de Saúde 88,77%, no Gabinete do Prefeito 68,73%, na Secretaria de Assistência Social 69,33%, na Secretaria Mun. Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e Turismo 73,73%, Secretária de Infraestrutura 88,54%, dos recursos autorizados que caberia a cada uma dela utilizar.

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

QUADRO IV

DISPONIBILIDADE	2020	2021	Acrescimo.
Banco	13.998.021,20	15.299.563,80	1.301.542,60

As disponibilidade liquidas de bancos, que no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020 montavam a R\$ 13.998.021,20 - (Treze Milhões Novecentos e Noventa e Oito Mil, Vinte e Um Reais e Vinte Centavos) somam no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021 (fis ??? A ???) R\$ 15.299.563,80 - (Quinze Milhões, Duzentos e Noventa e Nove Mil, Quinhentos e Sessenta e Três Reais e Oitenta Centavos), representam um acrescimo na ordem de R\$ 1.301.542,60 - (Um Milhão, Trezentos e Um Mil, Quinhentos e Quarenta e Dois Reais e Sessenta Centavos), o que corresponde a 8,51% no saldo caixa das disponibilidade financeiras imediatas, em relação ao exercicio anterior.

O saldo anterior e o atual de caixa e bancos conferem com os saldos demonstrados no Balanço Financeiro Anexo 13 dos autos, porem na adequação dos saldos que compõem a conta Banco C/Movimento, foram observados os extratos e respectivas conciliações bancárias do Balancete do Mês de Dezembro 2021 que segue anexo na Prestação de Contas.

3 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL.





O Saldo Patrimonial do Município no exercício anterior Ativo Real Liquida somou R\$ 78.906.030,34 (Setenta e Oito Milhões Novecentos e Seis Mil, Trinta Reais e Trinta e Quatro Centavos), conjugado com o Resultado Patrimonial do exercício 2021, Superavit, no montante de R\$ 10.873.213,01 - (Dez Milhões, Oitocentos e Setenta e Três Mil, Duzentos e Treze Reais e Um Centavos), houve ajuste de Exercícios anteriores no valor de R\$ - 367.436,31 (Dezesseis Reais e Oitenta e Seis Centavos), evidencia o novo Saldo Patrimonial - de R\$ 89.411.807,04 (Oitenta e Nove Milhões, Quatrocentos e Onze Mil Oitocentos e Sete Reais e Quatro Centavos), corretamente demonstrado no Balanço Patrimonial do exercício.

O quadro a seguir permite observar a composição desse valor:

OUADRO V

Q G I I D I C V		
SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICIPIO	R\$	R\$
Saldo Patrimonial do Exercício Anterior		78.906.030,34
Total		78.906.030,34
Resultado Patrimonial		16.956.630,44
Variações Aumentativas	88.744.610,24	
(-) Variações Diminutivas	77.871.397,23	10.873.213,01
(+) Ajustes de Exercicio anteriores		-367.436,31
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO		89.411.807,04

^{*}Fonte Anexo 15 dos Autos.

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 88.744.610,24 (Oitenta e Oito Milhões, Setecentos e Quarenta e Quatro Mil, Seiscentos e Dez Reais e Vinte e Quatro Centavos) — em contra partida as Variações Patrimoniais Diminutivas somaram R\$ 77.871.397,23 — (Setenta e Sete Milhões, Oitocentos e Setenta e Um Mil, Trezentos e Noventa e Sete Reais e Vinte e Três Centavos) resultando um saldo pósitivo do exercício R\$ 10.873.213,01 - (Dez Milhões, Oitocentos e Setenta e Três Mil, Duzentos e Três Reais e Um Centavos), houve ajuste de Exercícios anteriores negativo no valor de R\$ -367.436,31 (Trezentos e Sessenta e Sete Mil, Quatrocentos e Trinta e Seis Reais e Trinta e Um Centavo), acrescido do Resultado Patrimonial do Exercício anterior Superávit, no montante de \$ 78.906.030,34 (Setenta e Oito Milhões Novecentos e Seis Mil, Trinta Reais e Trinta e Quatro Centavos), evidencia o novo Saldo Patrimonial Liquido de R\$ 89.411.807,04 (Oitenta e Nove Milhões, Quatrocentos e Onze Mil, Oitocentos e Sete Reais e Quatro Centavos).





QUADRO VI

Ativo Circulante	21.628.499,72	Passivo Circulante	482.144,89
Disponível Banco	15.299.563,80	Pessoal e Encargos Social a	301.75,91
		Pagar	
Creditos a Curto Prazo	1.115.975,79	Fornecedores e Contas a	148.440,38
		Pagar a Curto Prazo.	
Demais Creditos e Valores a	5.081.961,02	Demais Obrigações a Curto	131.243,55
Curto Prazo		Prazo.	
Almoxarifado	130.999,11		0,0
Ativo Não Circulante	68.808.978,93	Passivo Não Circulante	443.526,72
Creditos a Longo Prazo	1.454.076,49	Encargos Sociais a Pagar	443.526,72
Imobilizado	67.224.033,89	Fornecedores a Longo Prazo	0,0
		Demais Obrigação a Longo prazo	0,0
		Soma do Passivo	1.025.671,61
		Patrimonio Liquido	89.411.807,04
Total do Ativo	90.437.478,65	Total do Passivo	90.437.478,65

De imediato, sem considerarmos as ações governamentais, a análise dos números que retratam a Situação Financeira da Prefeitura de Colorado do Oeste, conforme demonstrativo acima, permite projetar um quadro favorável com relação à solvência dos compromissos assumidos.

As disponibilidades imediatas correspondem a **2.628,13%** do montante representativo das dívidas de curto prazo da Prefeitura fato este **que de modo geral não há** comprometimento do orçamento do exercício seguinte, como forma de manter a sua solvência e a credibilidade junto aos seus contratados, porem se for analisar por fonte de recurso temos disponibilidades financeiras suficientes para salda-los.

4 – SUPERÁVIT FINANCEIRO

Ao final do exercício de 2021 a Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, apresentou Superávit Financeiro de R\$ 6.682.797,93 - (Seis Milhões, Seiscentos e Oitenta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Três Centavos), de acordo com o Balanço Patrimonial, acostado nos autos abaixo demonstrado.

QUADRO VII-A

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	R\$
Ativo Financeiro = Balanço Patrimonial de 2021 Caixa 1-	15.361.449,41





Passivo Circulante = Balanço Patrimonial de 2020 14- A	70.028,38
Restos a Pagar Não Processados Col. "f" Anexo I bal. Orç. B	3.185.730,35
Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercicio (Bal. Financeiro C	5.422.892,75
Passivo Financeiro Apurado 2 - (A+B+C)	8.678.651,48
Resultado Financeiro Superávit/Deficit apurado 3- (1-2)	6.682.797,93

O fator decisivo para o Superávit registrado no exercício é decorrente de adoção das novas praticas contábeis aplicadas ao setor publico, em cumprimento aos Principios de Contabilidade sob a perspectiva do setor Publico nos termos da Resolução CFC nº 1.111/2007 e foi considerado caixa equivalencia de caixa, bem como deve ser observado o superavit por fonte de recursos, em que é deduzido os Restos a Pagar não Processados e considerados os creditos a receber teremos um superavit de **R\$ 6.682.797,93** – (Seis Milhões, Seiscentos e Oitenta e Dois Mil, Setecentos e Noventa e Sete Reais e Noventa e Três Centavos), conforme demonstrado no Quadro VIII, e no Balanço Patrimonial Quadro D.

5 – DÍVIDA ATIVA.

QUADRO VIII Em R\$

Saldos (A + B)	Anterior	Atual
Divida Ativa Tributária (A)	16.134.048,31	2.534.352,94
(+) Inscrição Divida Ativa do Exercício 2021		1.421.562,61
(+) Atualização de anos anteriores Juros, Multas e Correções.		3.032.185,26
(-) Baixa de por ajuste e cancelamentos Juros, Multas e Correções.		275.494,69
(-) Recebimento no exercício		882.004,22
(-) Provisão para perdas		16.895.944,34
Divida Ativa Não Tributária (B)	2.297.889,33	1.942.421,03
(+) Inscrições		364.934,73
(-) Movimentação das correções, cancelamentos e regularização.		720.403,03
(-) Provisões de Perdas	2.297.889,33	1.942.421,03
Total	3.062.625,28	2.534.352,93
Curto Prazo	451.000,00	1.080.276,44
Longo Prazo	2.611.625,28	1.454.076,49





A Divida Ativa Tributaria consignada no Balanço Patrimonial, relativa ao exercício de 2020, correspondia a **R\$ 16.134.048,31** (**Dezesseis Milhões, Cento e Trinta e Quatro Mil, Quarenta e Oito Reais e Trinta e Um Centavos**), computando-se as inscrições, atualizações com juros, multas e correções na ordem de R\$ 4.453.747,87 - (Quatro Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Três Mil, Setecentos e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Sete Centavos) e o cancelamento mais a cobrança de divida ativa, e as provisões para perdas R\$ 18.053.443,25 - (Dezoito Milhões, Cinquenta e Três Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Vinte e Cinco Centavos) permanecendo para o exercicio seguinte Divida Tributária Liquida R\$ 2.534.352,94 - (Dois Milhões, Quinhentos e Trinta e Quatro Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Noventa e Quatro Centavos).

Tambem foi efetuado movimentação da Divita Ativa Não Tributaria referente ao Titulos Executórios emitidos pelo Tribunal de Contas, para correções, onde houve inscrições no alor de R\$ 364.934,73 e cancelamento no valor de R\$ 720.403,03- deduzindo as provisões para perdas provavel o valor de R\$ 1.942.421,03 (Um Milhão, Novecentos e Quarenta e Dois Mil, Quatrocentos e Vinte e Um Reais e Três Centavos).

As atualizações e ajuste ocorridos no exercicio e provisões para perdas, regularizações de contabilização classificando a Divida em Curto Prazo e Longo Prazo atendendo a nova, passando para o exercicio seguinte o montante de **R\$ 2.534.352,94** – (Dois Milhões Quinhentos e Trinta e Quatro Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Noventa e Quatro Centavos) e confere com o registro do Balanço Patrimonial.

6 – RESTOS A PAGAR.

O valor inscrito em Restos a Pagar não Processado e Processados no exercício é de R\$ 5.431.035,52(cinco milhões, quatrocentos e trinta e um mil, trinta ecinco reais e cinquenta e dois centavos) — O citado saldo esta em consonância com os valores contábeis do Balanço Financeiro. O saldo anterior, lançado no Balanço Orçamentario de 2020 montava em R\$ 6.947.010,16 (seis milhões, novecentos e quarenta e sete mil, dez reais e dezesseis centavos) — as baixas por pagamentos ocorridas no exercício é de R\$ 3.656.158,50 (três milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) demonstrado no Balanço Financeiro e no anexo I e II do Balanço Orçamentario, devido as novas praticas contabeis, os cancelamentos totalizaram R\$ 105.121,31 (cento e cinco mil, cento e vinte e um reais e trinta e um centavos), permanecendo um novo saldo para o exercício seguinte de R\$ 8.616.765,87(oito milhões, seiscentos e dezesseis mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) que esta





assim identificado, saldo do Anexo I e II do Balanço Orçamentario na ordem de R\$ 3.185.730,35 adicionado com as inscrições do Balanço financeiro no montante de R\$ 5.431.035,52 — confere com os valores dos Anexos TC-10-A e TC-10-B.

7- DA APLICAÇÃO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO FUNDEB.

Base de cálculo para percentual dos gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do Fundeb.

QUADRO IX

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (ART. 212 DA CF)	VALOR R\$
1 - Impostos Próprios	5.305.854,29
IPTU	1.378.783,07
IRRF	1.286.281,30
ITBI	786.019,97
ISSQN	1.854.769,95
2- Transferências Estaduais	19.831.914,85
IPVA	2.602.345,75
ICMs	17.229.569,10
3- Transferências Federais	17.416.034,35
FPM	15.896.481,90
FPM Parcela ref. Art. 159, I alínea D e E	1.332.088,39
ITR	72.609,56
ICMS - Desoneração - LC 87/96	0,0
IPI	114.854,50
4- Total Geral de Impostos (item 1+2+3)	42.553.803,49
5- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal (25%) (item 4x25%)	10.638.450,87
6- Valor Mínimo para cumprimento do artigo 60 dos ADCT da Constituição Federal. (item 5x 60%)	6.383.070,52

A aplicação efetiva dos recursos e o cumprimento dos dispositivos constitucionais está demonstrada pelo seguinte quadro:

OUADRO X

QUIDIO II	
DESPESAS CONSIDERADAS	VALOR R\$
1- Despesas Pagas no Exercício com Ações Tipicas de Manutenção e	3.831.993,33
Desenvolvimento de Ensino Educação Infantil Lei Federal	
14.113/2020.	
2- Despesas Pagas no Exercício com Ações Tipicas de Manutenção e	





Desenvolvimento de Ensino Fundamental Lei Federal 14.113/2020.	11.715.284,59
3- Despesas inscritas em restos a pagar de 2020 sem que houvesse	
disponibilidade financeira vinculada para suporta-las, que foram	
computadas para o o exercicio de 2021. (As despesas inscritas em	2.308,14
restos a pagar sem que haja disponibilidade financeira vinculada para	,
suportá-las, serão computadas como gastos do exercício em que	
forem pagas.	
3.1- Dedução Ganho com a Contribuição do FUNDEB	-3.978.425,63
(11.209.670,54 - 7.231.244,91 = 3.978.425,63)	ŕ
4- Total das despesas efetuada no exercício, de acordo com a Art. 70	
da Lei Federal 9.394/1996 (item 1+2+3-3.1)	11.571.160,43
5- Valor mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento	10.638.450,87
no Ensino -25% - (item 5 do quadro anterior)	
6- Percentual aplicado das receitas decorrentes de impostos e	
transferências constitucionais, artigo 212 da Constituição Federal	27,19%
(item 04 deste relatório dividido pelo item 04 do relatório anterior	
vezes 100).	
7- Valor mínimo de 60% a ser aplicado na Manutenção e	
Desenvolvimento da Educação Basica dos recursos a que se refere o	
"caput" do artigo 212 da Constituição Federal, em conformidade com	6.383.070,52
as exigências do artigo 60 do ADCT, Constituição. (item 6 do quadro	
anterior)	
8- Total Geral das despesas efetuadas no exercício na Manutenção e	
Desenvolvimento da Educação Basica - art. 60 do ADCT,CF.	
(Representa a despesa realizada na Função Programática do Ensino	
Fundamental, Ensino Infantil e Ensino Especial (361; 365; e)	11.372.486,83
excluída a despesa do Fundeb e incluída a Contribuição dos 20% ao	
Fundeb).	
9- Percentual aplicado nas despesas destinadas ao Desenvolvimento	10.5.5.5.
da Educação Basica em relação a Aplicação na Educação, art. 60 do	106,90%
ADCT,CF(item 08/05x 100 do quadro anterior)	

Os valores das despesas tiveram como fonte o balancete do mês de dezembro do exercício que foram encaminhados mensalmente a essa Corte de Contas.

7.1 - Conforme o demonstrativo acima, verifica-se que o Município aplicou **27,19%** dos impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cumprindo o dispositivo constitucional.

7.2 - Em cumprimento a EC 108/2020 que torna o





FUNDEB permanente c/c com art. 26 da Lei Federal 14.113/2020, a aplicação das receitas provenientes do FUNDEB em gastos com "Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em efetivo exercicio" e "Outros Despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino" se apresentam da seguinte forma:

QUADRO XI

1. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FUNDEB	VALOR	%
1.1- 20% retido FPM/ICMS/IPI-IPVA-ITR Art. 3° da Lei	7.231.244,91	64,28
Federal 14.113/2020.		
1.2 – Ganho na Contribuição	3.978.425,63	35,37
1.3 - Aplicação Financeira	39.246,30	0,35
1.4 - Total Recurso recebido no FUNDEB (item 1.1+1.2+1.3)	11.248.916,84	100
2. APLICAÇÃO DE ACORDO COM A LEI		
14.113/2020 c/c 14.276/2021		
2.1 - Mínimo de 70% com remuneração dos profissionais	7.874.241,79	70%
da educação básica em efetivo exercício. Art. 26		
14.113/2020;		
2.2 - Máximo de 30% com outras despesas	3.374.675,05	30%
3. DESPESAS PAGAS – CONSIDERANDO O QUE DISPÕE O		
ARTIGO 26, II DA LEI FEDERAL 14.113/2020 c/c 14.276/2021		
*percentuais foram comparados com o valor do item 1.4		
3.1 Remuneração dos profissionais da educação Basica.	7.978.629,45	70,93
Minimo de 70% dos recursos recebidos.		
3.2 Outras Despesas - São ações voltadas à consecução dos objetivos		a= aa
das instituições educacionais de todos os níveis. Inserem-se no rol destas	3.147.206,55	27,98
ações, despesas relacionadas à aquisição, manutenção e funcionamento		
das instalações e equipamentos necessários ao ensino, uso e manutenção de bens e serviços, remuneração e aperfeiçoamento dos profissionais da		
educação, aquisição de material didático, transporte escolar, entre outros.		
3.3 SUB -TOTAL Geral Aplicado (item 3.1+3.2)	11.125.836,00	98,91
3.4- Ate 10% dos recursos recebidos podem ser		
aplicados no 1º quadrimestre do Exercício Seguinte; § 3º	123.080,84	1,09
do Art. 25 da Lei 14.113/2020; (item 1.4 – 3.3)		

7.3 – Verifica-se pelo demonstrativo que o Municipio efetuou correta aplicação no Fundeb.

7.4 − As despesas consideradas estão de acordo com o artigo 70 da Lei Federal 9.394/96, c/c a Lei Federal 14.113/2020;





8. DAS DESPESAS COM A SAÚDE

- **8.1.** A Emenda Constitucional nº 29/00, determinou que o percentual mínimo de 15% a ser gasto pelos Municípios com as Ações e Serviços Públicos de Saúde.
- **8.2.** De acordo com a Emenda Constitucional, para efeito de calculo do percentual mínimo a que aludem os artigos 198, § 2°, III e 77, III, ADCT, da Constituição Federal, consideram-se como receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais.
- 8.3. Assim, de acordo com o que determina as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º desta Lei Complementar, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão consideradas despesas com ações e serviços públicos de saúde as referentes a:
 - I- vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária;
- II atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
 - III capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- IV desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;
- V produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;
- VI saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;
- VII saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- VIII manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;





- IX investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- X remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;
- XI ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e
- XII gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

OUADRO XII

A — Demonstrativo das Receitas de Impostos e Transferências registradas para calculo das Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde (art. 198 § 2º II e III e 77, II e III ADCT da CF).	ANEXO XII ACUMULADO ANUAL
IPTU	1.378.783,07
ITBI	786.019,97
ISSQN	1.854.769,95
IRRF	1.286.281,30
ITR	72.609,56
IPVA	2.602.345,75
ICMS	17.229.569,10
FPM	15.896.481,90
IPI s/ Exp.	114.854,50
L.Complementar 87/96 – Lei Kandir	0,0
Multas e Juros de Impostos	0,0
Receita da Dívida Ativa Tributária de Impostos	0,0
B - RECEITA TOTAL	41.221.715,10
C – Demonstrativo das Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde	
Total Acumulado no ano do Código de Aplicação 102	10.191.240,47
D- Total dos Restos de 2020 pagos com Recursos arrecadados No	
Exercício 2021	59.675,25
E- Total das em Ações e Serviços Públicos de Saúde (C+D)	10.250.915,72
F - INDICE APLICADO = E/B	24,87%

Fonte: Balancete despesas fonte 102 Recursos próprios.

8.4. Conforme quadro acima as despesas realizadas com Ações e Serviços Públicos de Saúde consistiu no exercício de 2021, no montante de R\$ 10.250.915,72 (Dez Milhões, Duzentos e Cinquenta Mil, Novecentos e Quinze Reais e Setenta e Dois Centavos), correspondendo ao percentual de 24,87% do total das Receitas Arrecadadas de Imposto e Transferências





Constitucionais. O percentual gasto atende o disposto no artigo 7°, da Lei Complementar nº 141/2012, que prevê para o exercício o gasto mínimo de 15%.

09 - GASTOS COM PESSOAL.

9 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000). QUADRO XIII

3 DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	Valor R\$
Pessoal Ativo Bruto	29.311.912,90
Deduções (§ 1º do art. 19 da LRF)	-6.967,60
Despesa Liquida com Pessoal	29.304.945,30
Receita Corrente Liquida	55.511.319,43
% da Despesa total com pessoal	52,79
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 54%	29.976.112,49
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 51.30%	28.477.306,87
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 d LRF) 48,60%	26.978.501,24

Obs; O valor retirado do anexo I do RGF.

9.1. - Limite máximo de 54 % da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, "b" da Lei Complementar nº 101/2000.

9.1.2 - O demonstrativo acima comprova que no período em exame o Poder Executivo aplicou 52,79% do Total da Receita Corrente Liquida em Despesas com Pessoal, acima do Limite de alerta e abaixo do limite prudencial, atende as normas contida no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

9.1.2.1 – "Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

9.1.2.2 - Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas

.





Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

9.1.2.3 - A LC 173/2020, suspende o prazo ate

31.12.2021 - "Art. 8º Na hipótese de que trata o <u>art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000</u>, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021".

Não resta dúvida, na atual conjuntura sócioeconomica, sobre a importância de se estabelecerem controles sobre o crescimento das despesas com pessoal ou, de outra forma, da instituição de mecanismos que possibilitem restabelecer os seus níveis ao limite permitido em Lei.

10 − Transferências ao Poder Legislativo - Limite máximo de 3,5% a 7% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizada no exercício anterior, a ser repassado ao Poder Legislativo, até o dia vinte de cada mês (artigo 29-A da Constituição Federal, EC №. 58/2009).

10- RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS	Valor R\$
CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.	
RECEITA TRIBUTÁRIA (A)	5.454.218,00
Imposto Predial Territorial Urbano, Divida Ativa e Encargos IPTU	1.135.699,60
Imposto de Renda Retido na Fonte Pessoa Física	1.162.722,26
Imposto de Transmissão de Bens Imóveis. Div. Ativa e encargos	826.155,39
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.632.770,13
Taxas	696.870,62
TRANSFERENCIA CONSTITUCIONAIS (B)	27.983.260,08
Fundo de Participação dos Municípios - FPM	13.077.621,90
Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	12.959.770,83
Imposto de Veiculo Auto Motor - IPVA	1.787.758,80
Imposto Territorial Rural - ITR	71.300,55
Desoneração do ICMS - (LC Nº 87/96)	0,0
Imposto de Produtos Industrializados S/ Exportação -	54.627,79





IPI/EXPORTAÇÃO	
Contribuição de Intervenção Domínio Publico - CIDE	32.180,21
TOTAL C = (A+B)	33.437.478,08
Percentual de Repasse no Até o Limite de 7%	2.340.623,46
Valor Limite de Repasse Mensal até o Valor de	195.051,86

Obs: Os dados da receita tributária e de transferências foram retirados do relatório anexo anual, receita segundo as categorias econômicas – anexo 02 – administração direta indireta e fundacional do exercício de 2020.

10.1- O montante dos repasses ao Poder Legislativo até o período foi da ordem de **R\$ 2.288.206,49** (Dois Milhões, Duzentos e Oitenta e Oito Mil, Duzentos e Seis Reais e Quarenta e Nove Centavos), representando **6,84%** da Receita Tributária do Município, e das Transferências previstas no § 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da Constituição Federal, Arrecadadas no Exercício de **2.020**, que totalizou R\$ 33.437.478,08 (Trinta e Três Milhões, Quatrocentos e Trinta e Sete Mil, Quatrocentos e Setenta e Oito Reais e Oito Centavos).

10.1.1- Desta forma fica evidenciado que o Poder Executivo esta **CUMPRINDO** o limite de 7,00 % (referente aos seus 18.591 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE – Censo de 2010), conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal e alterada pela EC nº. 58/2009.

10.2 - SINTESE DO BALANÇO

OUADRO XIV

QUADRO XIV	
Receita Total (A + B)	62.313.169,43
Receitas Correntes (1+2+3+4+5) A	57.293.475,43
1- Receitas Próprias Municipal (1.1+2+3)	7.514.106,61
1.1.Receitas Tributárias Próprias	6.342.859,65
2.Receitas de Contribuições	697.773,61
3.Receita Patrimonial	473.473,35
2- Transferências Correntes da União	21.082.394,73
2.1-Transferências Correntes da União FPM, ITR	14.059.286,54
2.2-SUS	5.826.816,56
2.3- FNDE	476.013,49
2.4- FNAS	298.869,47
2.5- Outras Transferências da União	421.408,67
3Transferência Corrente do Estado	17.313.769,57
3.1-Transf. Corrente do EstICMS, IPVA, IPI, FAS, CIDE e SUS	16.334.554,67
3.1- Transferencia Corrente Estado COVID 19	10.000,00
3.2- Transferências de Convênio Estado.	969.214,90
4 Transferência Multigovernamental e Outras Instituições	11.310.572,97
5 Outras Receitas Correntes	72.631,55





Receita de Capital B	5.019.694,00
Alienação de Bens	250.800,00
Transferência de Capital	4.768.894,00
DESPESA TOTAL	62.786.503,85
Despesas Correntes	51.992.335,94
Pessoal e Encargos	30.676.497,38
Juros e Encargos da Divida	54.413,87
Outras Despesas Correntes	21.261.424,69
Despesas de Capital	10.794.167,91
Investimentos	10.774.042,24
Amortização da Dívida	20.125,67

Fonte: Anexo 12 – Balanço ???;

11- AVALIAÇÃO DO EQUILIBRIO

FINANCEIRO.

11.1. Análise da Situação Economica e Financeira do Municipio – principais indicadores financeiros e economicos em atendimento ao Inciso III, Art. IN 65/2019:

a) Equilíbrio Orçamentário:

Receita Orçamentária Total = R\$ 62.313.169,43 = 0,75 Despesa Orçamentária Total R\$ 62.786.503,85

Com base neste quociente podemos afirmar que há R\$ 0,75 de Receita Executada para cada R\$ 1,00 de Despesa Executada, sendo por tanto uma situação APARENTE desconfortável, esta situação foi motivado devido que foram executado despesas com base no superávit ocorrido no exercício anterior, porém quanto a liquidez a situação é confortável conforme demonstrado na letra "f" deste relatório.

b) Autonomia Financeira

 $\frac{\text{Receita Tributária Própria}}{\text{Despesas de Custeio}} = \frac{\text{R\$}}{\text{R\$}} \frac{7.514.106,41}{\text{S}} = 14,45\%$





Este indicador objetiva medir a contribuição da Receita Tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como vemos, a autonomia Financeira do Município representa aproximadamente a 14,45% de suas despesas de custeio. A capacidade do Município em manter com recursos próprios, oriundos de sua competência tributária, as atividades e serviços próprios da Administração revela-se substancialmente comprometida, o que o torna excessivamente dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

c) Grau de Investimento:

Este indicador objetiva medir a participação do volume de investimento na Receita Total.

Os investimentos públicos correspondem aproximadamente a 17,29% da Receita Total do Município. É certo que este índice não deve indicar um percentual muito elevado, de forma a não comprometer a liquidez com a própria manutenção da máquina administrativa.

Dentro da boa técnica orçamentária e diante dos problemas que influenciam a administração de recursos previsto no orçamento, considera-se, em principio, satisfatório o percentual de 17,29% da Receita Total Municipal reservada a investimentos públicos, principalmente sabendo-se que a Administração, na elaboração do orçamento, utiliza-se como instrumento de projeção e condução de verbas públicas, dispostas e agrupadas a viabilizarem metas e programas governamentais, definindo, assim, as ações de Governo em áreas e setores considerados prioritários.

d) Custo de Investimentos:

Este indicador objetivo refletir o nível de investimento que o Município realizou em relação à totalidade das suas despesas.

Do total da despesa publica realizada pela Prefeitura de Colorado do Oeste, no exercício de 2021, correspondem a gastos com investimento propriamente o percentual de 17,16%.





Como comentado no indicador anterior, quando o comparamos com a Receita Total, a absorção de gastos com investimentos diretos e indiretos equivale a uma parcela considerável dentro do contexto da despesa publica, revelando, em tese, uma participação efetiva dos recursos públicos no desenvolvimento do Município.

e) Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa:

<u>Despesas de Custeio = R\$ 51.992.335,94 = 90,75%</u> Receitas Correntes R\$ 57.293.475,43

Este indicador objetiva medir o nível de comprometimento do Município com o funcionamento da máquina administrativa utilizando-se de recursos proveniente da Receita Corrente.

O índice demonstrado nos leva a concluir que a situação do Município é, desconfortável. Os gastos de custeio necessários à manutenção da máquina administrativa neste exercício consumiram quase toda as receitas corrente do município, restando, portanto recursos no percentual de 9,25% que pudesse ser disponibilizado para investimentos diretos ou projetos sociais.

f) Liquidez Imediata:

<u>Banco + Outras Entidades Devedoras</u> = <u>R\$ 15.361.449,41</u> = 177,00% Passivo Financeiro R\$ 8.678.651,48

Este quociente mede a capacidade da Prefeitura de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias. O quociente acima revela perspectivas amplamente favoráveis à solvência imediata dos compromissos em curto prazo assumidos pela Prefeitura, favorecendo, a assunção de novos compromissos.

A Prefeitura mantenha em Banco em 31.12.2021 uma grande soma de recursos disponíveis, são suficientes para garantir o seu Passivo Financeiro, o que nao vai comprometer a execução orçamentaria do exercicio de 2022.

Portanto, o grau de endividamento do Município é que se mostra elevado, perante as suas disponibilidades imediatas gerais. Cabe salientar que se nos detivéssemos na análise técnica e restrita do índice de liquidez imediata por fonte de recursos, a capacidade de pagamento da Prefeitura estaria favorável em todas fontes recursos vinculados ou não.





g) Esforço Tributário Próprio:

<u>Rec. Trib. Próp. + Rec. Div. Ativa</u> = <u>R\$</u> = <u>R\$</u> 6.342.859,65 =12,46% Transferências Constitucionais R\$ 50.877.984,23

Este indicador objetiva comparar o esforço tributário próprio que o Município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às Transferências Constitucionais (ITR, ICMS,FPM, IPVA,FUNDEB,SALARIO EDUAÇÃO, FEP, LEI KANDIR, CIDE E IPI). Esta relação inclui a Receita de Divida Ativa Tributária, ou seja, a receita tributaria não obtida no exercício.

O recurso financeiro gerado em decorrência da atividade tributaria própria do Município correspondem 12,46% da Receita Total obtida com as Transferências Constitucionais. Não resta dúvida, portanto que quase toda a capacidade de investimento do Município esta atrelada ao comportamento da arrecadação dos Governos Federal e Estadual, em função das Transferências Constitucionais.

h) Carga Tributária Per capita:

Receita Tributária Propria = R\$ 6.342.859,65 = 408,09 População do Município 15.544* (*)https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/colorado-do-oeste/panorama.

Este indicador objetiva refletir a carga tributária que, hipoteticamente importa a cada habitante do Município, tomando-se por base a arrecadação Tributária do Municipal.

Computando-se o total das Receitas de Divida Ativa como resultante de créditos decorrentes da atividade tributária, teoricamente, ao longo do exercício de 20210, cada habitante contribuiu com o fisco Municipal em aproximadamente, **R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos),** valor que apesar de baixo é compatível com a realidade regional.

h.1) Carga Tributaria Per capita (incluídas as Transferência Constitucionais)

Receita Tributária Própria. + Transf. Cont. = R\$ 57.220.843,88 = 3.681,22 População do Município 15.544*

(*)Informado no item h.





Este indicador objetiva a refletir a carga tributária que, hipoteticamente importa a cada habitante do Município, tomando-se por base a Arrecadação Tributaria do Município acrescido das Transferências Constitucionais.

Acrescentando as Transferências Constitucionais, provenientes de tributos às demais receitas tributárias próprias do referido município, dividindo o valor pela totalidade de sua população, o índice eleva-se para R\$ 3.681,22 - (Três Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Vinte e Dois Centavos), havendo um aumento considerável da contribuição de cada munícipe para o Tesouro Municipal.

i) Gastos com a Operação da Máquina Administrativa por Cidadão.

<u>Despesas de Custeio</u> = <u>R\$ 51.992.335,94</u> = R\$ 3.344,85 <u>População do Município</u> (*) Informado no item h.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese o quanto que cada cidadão arcaria para manter em operação as atividades da máquina administrativa Municipal.

Caberia a cada cidadão, no exercício de 2021, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos, contribuir com **R\$** 3.344,85(Três Mil, Trezentos e Quarenta e Quatro Reais e Oitenta e Cinco Centavos), da sua renda.

Tendo em vista as peculiaridades do Município, esta contribuição representaria uma parcela de sacrifício desproporcional à capacidade de pagamento do contribuinte e, principalmente à contraprestação a cargo da Administração Pública, medida em parte, no indicador a seguir.

j) Investimento por habitante:

<u>Investimentos</u> = <u>R\$ 10.774.042,24</u> = R\$ 693,13 <u>População do Município</u> 15.544*

Este indicador objetiva demonstrar, em tese, na hipótese de que todos os investimentos públicos fossem aplicados diretamente em prol da coletividade, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Nesse contexto, cada cidadão recebeu da Administração Pública, no exercício de 2021, na forma de contraprestação de bens e





serviços, o equivalente a **R\$ 693,13** – (Seicentos e Noventa e Três Reais e Treze Centavos) em benefícios diretos e indiretos.

Em principio essa quantia representa uma discreta participação do governo, tendo ele a função de zelar e promover o bem estar social da coletividade e, também, papel importante na condução das atividades econômicas.

Em contrapartida, semelhante quantia se torna modesta, se considerarmos que corresponde praticamente a 169,85% do que cada cidadão contribui, em tese, aos cofres municipais (R\$ 408,09 – letra h).

l) Investimento na Educação

I) Aplicação na Educação = R\$ 16.482.513,75* = R\$ 1.060,38

População do Município 15.544

(*) Valor tido por base no anexo 8 RREO item 47 despesa empenhada.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese o quanto que cada cidadão participou dos recursos aplicados em educação, no exercício de 2021, teoricamente cada munícipes foi contemplado com o valor de **R\$ 1.060,38** (Um Mil, Sessenta Reais e trinta e Oito Centavos), em contraprestação de sua contribuição de **R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos)**, à Fazenda Municipal.

I.I) <u>Aplicação na Man. E Desenvol. do Ensino</u> = <u>11.367.920,92</u> = R\$ 731,34 População do Município. 15.544

(*) Valor obtido através das despesas proprias e Contribuição Fundeb + o ganho;

Este indicador objetiva demonstrar, em tese o quanto que cada cidadão participou dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% - sub funções 361-365-) no exercício de 2021, em conformidade com a Lei Federal 14.113/2020 despesas pagas), teoricamente cada munícipes foi contemplado com o valor de R\$ 731,34 (Setecentos e Trinta e Um Reais e Trinta e Quatro Centavos), em contraprestação de sua contribuição de R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos), à Fazenda Municipal.

II)

<u>Aplicação na Educação = R\$ 16.482.513,75</u> = R\$ 9,306,90

Numero de Alunos
(*) N° de Alunos base SIOPE 2021 é 1.771.

Em relação ao numero de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2021, verifica-se em tese, que para o





investimento de cada cidadão, no valor de R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos) houve o retorno de R\$ 9.306,90 -(Nove Mil, trezentos e Seis Reais e Noventa Centavos) na forma de Educação, para cada aluno por ano em conformidade com a Lei Federal 14.113/2020 despesas Empenhada função 12 - sub função - 306-361-365 (dados retirado Anexo 8 RREO).

II.I)

<u>Aplicação na Man. E Des. Do Ensino = R\$ 16.219.308,45 = R\$ 9,158,28 Numero de Alunos 1.771*</u>

(*) Nº de Alunos base SIOPE 2021 é 1.771.

Em relação ao numero de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, no exercício de 2021, verifica-se em tese, que cada cidadão participou dos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% - Sub Função 361-365), em conformidade com a Lei Federal 14.113/2020 despesas pagas + restos pagos no exercício), teoricamente cada munícipes foi contemplado com o valor de R\$ 9.158,28 – (Nove Mil, Cento e Cinquenta e Oito Reais e Vinte e Oito Centavos) em contraprestação de sua contribuição de R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos), à Fazenda Municipal.

m) Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde.

<u>Gastos com Saúde</u> = <u>R\$ 18.700.450,84*</u> = R\$ 1.203,06 População do Município 15.544

(*) Valor tido por base a despesa na função 10 Saúde efetivamente empenhada.

Este indicador objetiva demonstrar, em tese que dos recursos aplicado em Serviços Públicos de Saúde, teoricamente cada cidadão recebeu em atendimento e benefícios, o valor de R\$ 1.203,06 - (Um Mil, Duzentos e Três Reais e Seis Centavos), em contraprestação ao valor de R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos), que representou sua contribuição ao fisco.

m.1) Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde mantida com recursos próprio do Município.

<u>Gastos com Saúde</u> = <u>R\$ 10.191.240,47*</u> = **R\$** 655,64 População do Município 15.544

(*) Valor tido por base a despesa na função 10 Saúde efetivamente pago fonete de recursos 10-102.





Este indicador objetiva demonstrar, em tese que dos recursos aplicado em Serviços Públicos de Saúde, excluídas as Despesas Pagas com Recursos do SUS, teoricamente cada cidadão recebeu em atendimento e benefícios, na aplicação do mínimo de 15% em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 o valor de R\$ 655,64 - (Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos), em contraprestação ao valor de R\$ 408,09 (Quatrocentos e Oito Reais e Nove Centavos), que representou sua contribuição ao fisco Municipal.

12. - A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento, seguem alguns índices:

a) Liquidez Imediata (LI) – Disponibilidades Passivo Circulante 582.144,89

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

b) Liquidez Corrente (LC) - <u>Ativo Circulante</u> 21.628.499,72 = 37,15 Passivo Circulante 582.144,89

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, créditos a receber, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

c) Liquidez Seca (LS) - <u>Dispon. + Créditos a Curto Prazo = 16.415.539,59 = 28,20</u> Passivo Circulante 582.144.39

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

d) Liquidez Geral (LG) – At. Circ. + Ativo Realizável a L. Prazo =23.082.576,21 = 22,50 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante. 1.025.671,61

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.





e) Índice de Solvência (IS) – <u>Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante = 90.437.478,65 = 88,17</u> Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante. 1.025.671,61

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

f) Endividamento Geral (EG) – <u>Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante</u> =1.025.671,61 = 0,011 Ativo Total 90.437.478,65

Esse índice demonstra o grau de endividamento da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital.

g) Composição do Endividamento (CE) – Passivo Circulante <u>= 582.144,89</u> = 0,57 Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante. 1.025.671,61

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

13. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL (inc. II, art. 5° IN 65/2019)

A avaliação foi estruturada dentro de um modelo de gestão por programas, que orienta a ação de Governo para o equacionamento de problemas ou demandas oriundas da sociedade.

Considerou-se também a importância de construir uma análise orientada a subsidiar a tomada de decisão no campo da gestão e do processo associado.

É importante observar que o conceito de resultados é ainda difuso, sendo frequente a confusão entre o cumprimento das metas físicas e a obtenção de resultados na sociedade, mensuráveis por meio de indicadores. Há uma forte correlação entre a incidência de resultados satisfatórios e o grau de realização de metas físicas.

No Plano Plurianual, elaborado em 2017 para o quadriênio 2018/2021 do total de 25 programas, nenhum possui indicador; do total de 115 ações (projetos, atividades e operações especiais), previsto para serem executados em 2021 em consulta aos sistema SCPI – modulo PPA, LDO não consta registro das metas físicas. Considerando o avanço na aferição e atualização de metas físicas, ocorrido durante a elaboração do plano em 2017 para o quadriênio 2018/2021 com a revisão do Plano anualmente, pode-se dizer que o esforço do Governo Municipal em aferir o impacto da sua atuação não foi implantado progressivamente em sua totalidade, fato já relatado em 2020.





Das 119 ações (projetos 35, atividades 82 e operações especiais 02) previstos para serem executados em 2021, foram executados 26 projetos que representa 21,85%, 02 operações especiais que representa 1,68% e 70 atividades que representa 58,82% das ações prevista, totalizando a execução de 82,35% das ações prevista período de 2021/2021, e não consta nos relatórios justificativos da não realização das demais ações, porem houve um crescimento em relação ao exercício anterior.

Devido a inexistência de programas com sistemas de consulta ao público-alvo, constata-se a necessidade do estabelecimento de mecanismos que garantam entradas e retornos contínuos, estruturados de forma interativa e dinâmica com os públicos-alvo dos programas, fato já comentado em exercício anterior.

13.1 Desempenho Físico-Financeiro

Dos 25 programas previstos, nenhum programas podemos considerar cumpridas as metas previstas parcialmente, o restante dos programas continua em execução, sendo os responsável pela execução manifestou verbalmente em reunião de avaliações, dificuldades de execução, que de forma geral decorreram da insuficiência de recursos financeiros, e Sendo assim muitas atividades e projetos foram suspensas no Município, bem como os recursos financeiros destinados inicialmente para a área fins, foram remanejados para ações de combate à COVID 19.

No exercício 2021, em relação ao exercício anterior, duas questões importantes impactaram no resultado das ações como um todo e, também, no resultado das ações relacionadas ao desenvolvimento dos programas: a pandemia do COVID-19 que assolou o país e queda de arrecadação que foi preciso fazer redução de algumas despesa. A situação de Pandemia decorrente do COVID-19 trouxe consigo vários desafios de como proceder diante da situação de isolamento, tais como: como realizar atividades rotineiras de forma remota; como atender as unidades; como realizar as vistorias; como acompanhar as ações sem os inúmeros deslocamentos a campo; como fazer a gestão de equipes em home office; além da insegurança de quando e como tudo isso iria acabar.

O exame do desempenho físico do gasto público municipal continua prejudicado pela insuficiência dos controles gerenciais, que abarcam ainda um universo restrito de ações. Apesar disso, haverá avanços consideráveis quando for normatizado o gerenciamento por programas, que dentre outras atribuições, são responsáveis pelo desempenho físico do programa.

Espera-se, em curto prazo, que a estes avanços sejam somados a institucionalização de um Sistema de Informações Gerenciais de





Planejamento do PPA, que cumpra o papel de instrumento de monitoramento e gestão de restrições do desempenho físico dos programas do Governo Municipal.

Os resultados alcançados no presente exercício, foram impactados pelas questões descritas no item acima: a pandemia do COVID-19 que assolou o país, apesar das dificuldades relatadas, pode-se dizer que os resultados apresentados foram satisfatórios, a execução orçamentária em relação aos anos anteriores exigiu uma série de procedimentos para o desempenho das ações e, principalmente, para a continuidade dos instrumentos em execução. Apesar disso, é notória a necessidade de recomposição orçamentária para a execução das ações vinculadas pandemia que houve reforço por parte do Governo federal foi possível executar **85,92%** do orçamento autorizado, sendo que não houve nenhuma execução 100% executando parcialmente todos os programas, para que não prejudicasse as ações essenciais.

a)- Descrição analítica dos programas do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e executadas de acordo com o estabelecido na LOA, avaliação vertical em relação a despesa total autorizada.

Programas	2.228.000,00	2.014.173,49	213.826,51	0,34
1- PODER LEGISLATIVO	Dotação Inicial	Execução Financeira	Diferença Nominal	Diferença Percentual
1- LEGISLATIVO DEMOCRATICO	249.000,00	235.392,38	13.607,62	0,02
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	446.000,00	337.929,96	108.070,04	0,17
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	15.000,00	14.300,00	700,00	0,00
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	1.518.000,00	1.426.551,15	91.448,85	0,15
Programas	70.848.738,53	60.772.330,36	10.076.408,17	16,05
2- PODER EXECUTIVO	Dotação Atualizada	Execução Financeira	Diferença Nominal	Diferença Percentual em relação Dot. Atualizada
2-GESTÃO DAS AÇÕES DA CHEFIA DE GABINETE	356.322,22	204.922,24	151.999,98	0,24
3-GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE TRÂNSITO MUNICIPAL	323.804,49	25.910,14	297.894,35	0,47
4-GESTÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	549.000,00	525.069,70	23.930,30	0,04
5-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA	417.442,10	180.169,68	237.272,42	0,38





6-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO	1.226.277,29	544.417,92	681.859,37	1,09
IDOSO E DA FAMÍLIA				
7-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AMBIENTAL	1.610.747,33	1.225.886,36	384.860,97	0,63
8-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	163.341,30	76.720,85	86.620,45	0,14
9-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA VICINAL	1.994.106,15	1.958.763,42	35.342,73	0,06
10-GESTÃO DA POLÍTICA DE INFRA- ESTRUTURA URBANA.	9.327.299,28	7.682.972,59	1.644.326,69	2,62
11-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.993.557,14	3.552.057,87	2.441.499,27	3,89
12-GESTÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 5 ANOS	421.142,13	292.352,76	128.789,37	0,20
13-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	74.500,00	69.167,62	5.332,38	0,00
14-DIFUSÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA E DO ESPORTE ESCOLAR	15.500,00	4.620,00	10.880,00	0,02
15-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE, LAZER E DIFUSÃO DO TURISMO.	496.417,09	423.558,35	72.858,74	0,12
16-GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE	2.530.606,00	1.396.446,38	1.134.159,62	1,81
17-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - ATEND. AMBULATORIAL, EMERG., HOSPITALAR E CAPS I	3.175.756,68	2.757.039,56	418.717,12	0,67
18-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	2.534.530,91	2.226.862,43	307.668,48	0,49
19-GESTÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS.	45.000,00	25.659,75	19.340,25	0,03
20-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	87.000,00	54.973,47	32.026,53	0,05
21-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	2.000,00	0,0	2.000,00	0,00
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	6.125.741,32	5.613.266,13	512.475,19	0,82
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	537.000,00	470.782,71	66.217,29	0,10
24-GESTÃO DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	81.000,00	74.539,54	6.460,46	0,03
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	32.753.988,90	31.386.170,89	1.367.818,01	2,18
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.658,20	0,0	6.658,20	0,01
TOTAL	73.076.738,53	62.786.503,85	10.290.234,68	16,39





Concepção do Programa

Na concepção do programa neste exercício ficou prejudicado devido a uma situação nova que não estávamos preparados para enfrentar e falta de ferramentas para dar suporte ao desenvolvimento de muitas atividades.

Dada esta situação, algumas constatações podem ser

feitas:

- A necessidade apresentada de aperfeiçoar os indicadores reflete uma maior preocupação em mensurar resultados, ocorrendo o mesmo erro em relação aos anos anteriores;
- A inadequação quanto à suficiência de metas físicas e a pertinência das ações refletem uma preocupação da Administração Pública em compatibilizar os meios com os impactos esperados em cada programa por não haver normativa para controle efetivo, bem como a alimentação e acompanhamento dos objetivos proposto.

Estratégia de Implementação.

Neste contexto, torna-se relevante a seguinte indagação: a estratégia de implementação adotada para o programa está adequada?

Pelo que se pode observar durante a execução, dos programas carecem de adequada estratégia de implementação, como exemplo a Gestão do Sistema Administrativo, Financeiro e Tributário que esta adequando com auxilio do Tribunal de Contas através do PROFAZ que foi paralisada devido a pandemia, na capacitação dos servidores responsáveis pela cobrança da Divida Ativa, de forma que seja possível utilizar com eficiência as mais modernas ferramentas de fiscalizações, onde já no exercício de 2019, 2020 e no exercício desta prestação, houve uma melhora significativa na arrecadação da Divida Ativa.

Implantar rotinas que permita a fiscalização das receitas de competência do município, dotar o setor de fiscalização tributaria de infraestrutura de funcionamento, condizente com sua importância e atribuições atendendo as reinvindicações dos fiscais, definindo atribuições e competência dos responsáveis pelo setor.

Se adotada medidas saneadoras e controle com vista a busca pela recuperação dos créditos em atraso, controle na emissão de documentos fiscais, para evitar emissão em duplicidade ou registro errado como tem sempre acontecido em exercícios anteriores, inscrição da divida Ativa e efetiva cobrança de todos os valores devidos aos cofre municipais e não pagos, no intuito de evitar a decadência e prescrição dos créditos tributários e não tributários que podem ensejar





ao administrador publico responsabilidade por crime de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92 e alterações ocorridas pela Lei 14.230/2021.

O monitoramento da execução e a prática de avaliação possibilita a identificação dos mais variados entraves à implementação dos programas e a obtenção de resultados, se estiver alcançando seus objetivos, podemos confirmar que a execução está adequada, caso contrario, podemos demonstrar que algo precisa ser feito para que os objetivos sejam alcançados.

b) informações e análise sobre a execução do plano plurianual e prioridades escolhidas pelo Município na LDO, bem como a execução das metas escolhidas pela população em audiência pública. (Avaliação horizontal e Inc. III, IN 65/2019)

Programas	Escolhido pela População S/N	% da Execução ate o final do Exercício Executado.	Diferença Percentual Não executado
1- PODER LEGISLATIVO	2.228.000,00	2.014.173,49	213.826,51
1- LEGISLATIVO DEMOCRATICO	N	94,54	5,46
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	N	75,77	24,23
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	N	95,33	4,67
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	N	93,98	6,02
Programas	70.848.738,53	60.772.330,36	10.076.408,17
2- PODER EXECUTIVO	Escolhido pela População S/N	% da Execução ate o final do Exercício.	Diferença Percentual
2-GESTÃO DAS AÇÕES DA CHEFIA DE GABINETE	N	57,517	42,49
3-GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE TRÂNSITO MUNICIPAL	N	8,00	92,00
4-GESTÃO DO SISTEMA ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO.	N	95,64	4,36
5-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	N	43,16	56,84
6-VALORIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO IDOSO E DA FAMÍLIA	N	44,40	55,60
7-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AMBIENTAL	N	76,11	23,89
8-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	N	46,97	53,03





RODOVIÁRIA VICINAL			
10-GESTÃO DA POLÍTICA DE INFRA- ESTRUTURA URBANA.	N	82,37	17,63
11-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	N	59,26	40,74
12-GESTÃO E REVITALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 0 A 5 ANOS	N	69,42	30,58
13-GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	N	92,84	7,16
14-DIFUSÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA E DO ESPORTE ESCOLAR	N	29,81	70,19
15-GESTÃO DA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE, LAZER E DIFUSÃO DO TURISMO.	N	85,32	14,68
16-GESTÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SAÚDE	N	55,18	44,82
17-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - ATEND. AMBULATORIAL, EMERG., HOSPITALAR E CAPS I	N	86,82	13,18
18-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA	N	87,86	12,14
19-GESTÃO DO PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS.	N	57,02	42,98
20-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	N	63,19	36,81
21-GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	N	0	100,
22-GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	N	91,63	8,37
23-GESTÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	N	87,67	12,33
24-GESTÃO DOS SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	N	92,02	7,98
25-GESTÃO DE MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL	N	95,82	4,18
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	N	0,0	100
TOTAL	73.076.738,53	62.786.503,85	85,92 14,08

Organização dos trabalhos no âmbito da gerência

As principais restrições apontadas nesse item estão relacionadas, primeiramente, a necessidade de adoção de planos gerenciais pactuados com os titulares dos órgãos executores setoriais de forma a comprometer os meios necessários à implementação do programa com normatização.

A implantação de coordenação de gerentes no âmbito do órgão central de planejamento representa uma possibilidade de equacionamento





dessa deficiência, que deve ser implementado para melhor coordenar as execuções com hierarquização.

Em segundo lugar, é recorrente, pois falta a revisão e comentários a demanda por um sistema de monitoramento das ações de programa mais detalhado e que abarque o acompanhamento de ações executadas por todos os órgãos pelo menos trimestralmente, para verificar se as metas estabelecidas estão sendo alcançadas, ou se algo precisa ser feito para que os objetivos sejam alcançados.

Em terceiro lugar, aparece a insuficiência de capacitação para a negociação e execução das ações em parceria, seja interna ou externa ao órgão para analisar os problemas de forma proativa, antes que os desvios ocorram, apoiar a busca de novos caminhos para o desempenhos dos objetivos proposto, prioridades dos gestores quanto aos atendimentos desses requisitos (avaliação de eficácia).

Forma de envolvimento dos executores

A maioria dos secretários tem a percepção da importância de sua participação no processo decisório relacionado à execução das ações do programa.

Entretanto, ainda persiste uma imagem de que o papel do secretário é apenas o de informar ao Prefeito sobre o andamento do programa, em lugar de ser o executivo responsável pela sua implementação.

Nota-se que o modelo de gestão por programas pressupõe uma demanda por práticas gerenciais, no âmbito das organizações públicas, que possibilitem um processo decisório compartilhado entre o administrador responsável pelos recursos e os secretários responsável pelos resultados dos programas e pelo permanente monitoramento das restrições à execução e seu impacto sobre o público-alvo.

Comunicação com outras unidades

Os comentários sobre a comunicação com outras unidades dividem-se em duas vertentes: De um lado, verifica-se um esforço insuficiente de coordenação dos programas, no âmbito das unidades, com vistas a assegurar a complementaridade entre os programas e aperfeiçoar os resultados.

A gestão por programas explicita essa necessidade de integração sem, contudo, garantir a sua prática. Por outro lado, o fato da gestão por programas ser uma prática recente das organizações, que são departamentalizadas, traz uma deficiência de comunicação entre os departamentos responsáveis pelas funções administrativas, financeiras, jurídicas e de comunicação com as demais unidades dos programas.





13.2- - relatório de auditoria interna sobre a execução dos orçamentos quanto à legalidade e legitimidade, bem como do cumprimento dos limites constitucionais e legais, em observância ao art. 74 da Constituição Federal c/c art. 59 da Lei Complementar 101/2000 - LRF, contemplando no mínimo:

13.2.1 avaliação do cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

Além dos quadros previstos no item 13.1 deste relatório, com analise de programas/PPA/LDO abaixo tem os quadros das ações planejadas e executados nos 03 (três) últimos exercício, dos quais não foi possível melhor avaliação devido a falta de informações das metas físicas nos instrumento de planejamento conforme recomendamos no item 16.4 deste relatórios;

13.2.2- limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

No tocante a Operações de Créditos, não se aplica ao Município devido que não realizou durante exercício;

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas ate o dia 31 de dezembro distinguindo as processadas das não processadas, e na hipótese de estar nos últimos quadrimestres do mandato do titular do Poder ou órgão, há vedação das inscrições de Restos a Pagar, sem a devida disponibilidade de caixa (art.42 da LC 101/2000), o Tribunal de Contas de Rondônia exige "A suficiência financeira será aferida mediante cotejamento entre recursos livres e vinculados e por fonte de receitas. (Art. 4°,§ 2°, Decisão Normativa n. 3/2019/TCE-RO)" e o município atende ao previsto na legislação.

13.2.3- verificação e avaliação das medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respetivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23 da LRF;

Este controle Interno já comentou no **item 9 deste Relatório** sobre o assunto, que embora não tenha ultrapassado o limite mas já recomendamos ao executivo Municipal;

13.2.4- providências tomadas, conforme o disposto no art. 31 da LRF, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites;





Conforme demonstrado no **Relatório sobre Gestão Orçamentária e Financeira item 8.2** o Endividamento Geral do município reduziu no exercício corrente em relação aos dois últimos, bem como a Divida Consolidada Liquida do Município é negativa (-26,68%) conforme demonstrado do Anexo 2 Relatório de Gestão Fiscal não se aplica esta providencia ao Município.

13.2.5- cumprimento do limite de repasses do duodécimo aos poderes e órgãos autônomos;

Neste quesito apenas efetuamos repasse ao Poder Legislativo que esta dentro do limite permitido conforme demonstrado no **item 10 deste relatório**;

13.2.6- obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita;

"A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado". Prevista no Art. 14 § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal Não houve renúncia de receita no exercício.

13.2.7- avaliação do equilíbrio orçamentário e financeiro;

Todas as avaliações possíveis estão no item 11 deste Relatório que pode ser analisados por técnicos dessa corte de Contas se atende ao pressuposto.

- **14** Das determinações do TCE.
- **14.1** Quanto ao Acórdão APL-TC 00342/20 referente ao processo 01629/20 segue as determinações
- III Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Prefeito do Município de Colorado do Oeste ou a quem lhe vier a substituir ou suceder, que:
- III.3) juntamente com o Secretário Municipal de Educação, procedam ao monitoramento do plano municipal de educação, bem como





adotem medidas efetivas para o atingimento das metas previstas nos indicadores estratégicos;

R – Em consulta o link https://www.qedu.org.br/cidade/4432-colorado-do-oeste/ideb, o município de Colorado do oeste em relação ao ideb de 2019 nos anos iniciais da rede publica já atingiu a meta que é de 6,00 e alcançou a nota 6,30 um superávit de 5% em relação a meta, porém há uma queda em relação ao índice anterior;

III.4) informe à Corte de Contas as medidas adotadas, pelo Município junto ao Estado de Rondônia, para dar o efetivo cumprimento da meta 3 do PNE, que tem como objetivo o atendimento das crianças do ensino médio.

R – De acordo informação da Secretária Municipal de Educação, esta enviando Oficio a Secretária de Estado da Educação, para saber o posicionamento do Estado quanto ao cumprimento da Meta 3 – do Plano Nacional de Educação, que com mudança não obteve resposta.

IV - Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Controlador-Geral do Município:

b) acompanhe, monitore e informe o cumprimento das metas estabelecidas no PME, fazendo constar, em tópico específico de seu relatório anual de fiscalização (integrante das contas anuais), as medidas adotadas pela Administração, destacando os resultados obtidos, inclusive, os indicadores de atingimento de metas e os benefícios delas advindos;

R- Estamos atentos bem como, a gestora irá fazer revisão, do Plano para melhor adequação, em virtudes de alguma metas serem impossível de atendimentos;

14.2 — Quanto ao Acórdão APL-TC 00516/18 referente ao processo 01643/18 segue as determinação:

II – Determinar ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Colorado do Oeste, em decorrência dos demais achados e deficiências constatados nos controles internos, que adote as medidas seguintes:

3. Programe, juntamente com o Secretário Municipal de Educação, medidas para a melhoria na rede municipal de ensino com vistas a garantir a apuração dos resultados do IDEB nos anos iniciais e finais do ensino fundamental;

R- De acordo com o link https://www.qedu.org.br/cidade/4432-colorado-do-oeste/ideb, o município de Colorado do Oeste o ideb de 2019 nos anos iniciais da rede pública já atingiu a meta que é de **6,00** e alcançou **6,30** porem houve queda em relação ao ano anterior.

14.3 — Quanto ao Acórdão APL-TC 00303/20 referente ao processo 01016/19 segue as determinação:





III — Determinar, via oficio, independente do transito em julgado, às Controladorias Gerais, do Estado e dos 52 Municípios, que fiscalizem a execução dos planos de ação elaborados para a melhoria da prestação dos serviços de saúde na atenção básica da saúde em suas regiões, fazendo constar tópico específico em seus relatórios de auditoria bimestrais e anual, atuando, assim, no apoio da missão institucional deste Tribunal de Contas, conforme dispõe o art. 74, § 1°, da Constituição Federal;

IV – Determinar, via ofício, independente do transito em julgado, a todos os Prefeitos e Secretários de Saúde dos 52 Municípios do Estado de Rondônia que, em virtude do fim do mandato (2017/2020), façam constar nos relatórios de transição de governo, que deverão ser entregues a seus sucessores, a obrigatoriedade de dar cumprimento aos planos de ação apresentados ao Tribunal de Contas para a melhoria da prestação dos serviços na atenção básica da saúde;

R- Permanece o mesmo Gestor, já estão ciente das determinação bem como houve troca de secretario, que deve implementar ações para melhor atendimento, e produtividade devido que muitos procedimento são informados, rejeitados e não regularizados;,,

14.4 — Quanto ao Acórdão APL-TC 00318/21 referente ao processo 01129/21 segue as determinação:

III – Determinar, via oficio, com efeito imediato, ao atual Prefeito do Município de Colorado do Oeste ou a quem lhe vier a substituir ou suceder, que:

III.1) adote medidas concretas e urgentes para cumprir efetivamente todas as metas, estratégias e indicadores constantes no Plano Nacional de Educação, bem como que corrija a falta de aderência observada entre o Plano Municipal e o Plano Nacional de Educação, atentando-se para os resultados da análise técnica, consubstanciados no relatório ID 1085792, a seguir destacadas:

ii. não atendeu os seguintes indicadores e estratégias vinculados às metas (metas com prazo de implemento já vencido):

a) Estratégia 7.15A da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação – universalização do acesso à internet, meta 100%, prazo 2019), por haver alcançado o percentual de 69,23%;

R: Segue abaixo as providencias adotadas:

l)Termo de Adesão do Programa Educação Conectada. https://docs.google.com/document/d/1UznB97qP86OGyd36SH5QhHQedq2PMxKD/edit?usp=sharing&ouid=100553303757107937459&rtpof=true&sd=true

2) Processo Administrativo 1219/2020 – Pregão 41/2020. Implantação de Melhorias de Internet nas escolas.





Processo de Contratação de empresa especializada no fornecimento de link para acesso a internet, através do provedor, conjunto de equipamento, cabos e softwares interligados e pertencentes a empresa contratada. Circuito dedicado de conexão entre redes do cliente e ao provedor sendo de 280 megabytes de download e 280 megabytes e de upload, 24 horas por dias, 7 dias por semana com garantia de banda de 100% e serviços de assistência técnica de informática com suporte técnico e instalação, manutenção de software e hardware, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

b) Estratégia 18.4 da Meta 18 (professores - remuneração e carreira – previsão no plano de carreira de licença remunerada para qualificação profissional, estratégia sem indicador, prazo 2016).

R: A comissão foi instituída em 2016, e por não serem atuante houve a necessidade de substituição em 2018, conforme o link: https://drive.google.com/file/d/1Ue6-FF7jWS-mk_KU3GFdXM3C_DpQ9wgE/view?usp=sharing e em 2022 em adequação do Novo Fundeb foi instituída a Portaria nº 030/2022 em 24.03.2022 conforme

https://www.diariomunicipal.com.br/arom/materia/5E803D26/03AGdBq25Glj_QdquO3DZD0sya4Dfr4kXcysotkgREAnkWjoBi7_yajt7XWd6JB2EjxK9hE806ktbXtHj185dcz8RKSRHXfnZzr2as5inzAFuaLE-

YtpRiwXAB_sNVvmoDf8Yqkt0XKQWTKtB7PvFDKNewc1f31Ithl8jo0ZtjvQYM3Bbb4Jj2xqKbLYntutaI_Qgo-Rl7KBe_xZH6FilBBEZZExpvMh2afVuI2EugOSjjlNuKgCHI32dRLUxJWgDpjGUSZAyd7rYtmvzv69BazC4OneFnOijJRHNaALyl7bqkYcle7VwGpEAyEvPRWJDz2ga_8M1tq41iDa7c3gpSsur5R2zFqkGN3eANzgfvWMWxwdfWevyo0Vc03O-g4pzv6URvn4FywpNxD9Ij-9QB8jbvpfhJxbuuV0pkxYIH0dfaOqc2sQC1TVJbRKWizoY0Ey -LUvYbW-tX1eTMYVc0WqsjK7uqCpkQ

O Plano de carreira atualizado está em análise.

iii. Está em situação de risco de não atendimento dos seguintes indicadores e estratégias (metas com prazo de implemento até 2024) vinculados às metas:

a) Indicador 7B da Meta 7 (fluxo e qualidade - Ideb dos anos finais do ensino fundamental 8ª série / 9º ano, meta 5.5, prazo 2021), por haver alcançado o Ideb 5.1;

R: segue abaixo





Instituto	Naciona	al de Est	tudos e l	Pesquisa	as Educa	acionais	Anísio T	eixeira								Α Α
IDEB		1														_
Îndice de Desenv da Educação Bás																
					IDE	EB - R	esulta	dos e	Metas							
arâmetros da Pesquisa	1															
Resultado:		Munic	ípio			UF:			F	10						
Município:		COLO	RADO D	O OESTE		Rede de	e ensino:			'ública (Fe Iunicipal)	ederal, Es	tadual e				
Série / Ano:		8ª séri	ie / 9° and	iş .												
série / 9° ano																
série / 9° ano				ldeb Ol	oservado	Ç						Metas P	'rojetadas			
série / 9º ano Município ÷	2005 +	2007 \$	2009 \$		oservado 2013 ÷	2015 +	2017 \$	2019 \$	2007 \$	2009 \$	2011 +	I have been been been	rojetadas 2015 ≑	2017 ¢	2019 \$	2021 +
Município e	TOTAL STREET	2007 \$	2009 \$			2015 ÷	2017 ÷ 5.0	2019 ÷ 5.1	2007 \$	2009 \$	2011 ‡	I have been been been	No. of Concession, Name of Street, or other party of the Concession, Name of Street, or other pa	2017 ¢	2019 ÷ 5.7	2021 5.9
Município ¢	4.0 no SAEB no particip	4.3 insuficien oou ou nã nforme Po	3.9 ate para quo atendeu ortaria Ine	2011 ¢ 3.8 ue os resulos requiesp.	2013 ÷ 3.9 ultados se sitos nece	4.6 jam divulg ssários pa	5.0 gados.	5.1	4.0	4.1		2013 \$	2015 \$	DESCRIPTION OF THE PARTY OF THE		Law and
Município \$ OLORADO DO OESTE : mero de participantes r em média no SAEB. Nã olicitação de não divul	4.0 no SAEB no particip	4.3 insuficien oou ou nã nforme Po	3.9 ate para quo atendeu ortaria Ine	2011 ¢ 3.8 ue os resulos requiesp.	2013 ÷ 3.9 ultados se sitos nece	4.6 jam divulg ssários pa	5.0 gados. ara ter o d	5.1	4.0	4.1		2013 \$	2015 \$	5.4		5.9

Como podemos observar no quadro acima, a meta projetada para a 8ª série/9º ano do município de Colorado do Oeste, para 2019 é de 5.1 e a meta observada/alcançada foi de 5.7. Podemos dizer que, gradativamente o município está dentro das metas previstas para esta etapa de ensino.

A nota do IDEB de 2021 não foi disponibilizada, estamos aguardando o resultado que geralmente sai em agosto.

b) Indicador 7C da Meta 7 (fluxo e qualidade - Ideb do ensino médio 3º ano, meta 5.2, prazo 2021), por haver alcançado o Ideb 4.7;





Indice de Desenv da Educação Bás																
					IDE	B - R	esulta	dos e	Meta	s						
Parâmetros da Pesqu <mark>i</mark> sa	a ———				-				1000							
Resultado:		Munici	ípio			UF:				RO						
Municipio:	COLORADO DO OESTE 3ª série EM					Rede de	ensino:			Pública (Fe Municipal)	deral, Es	tadual e				
Série / Ano:	3ª série EM															
³ série EM				Ideb Ot	servado							Metas D	rojetad as			
	2005 ±	2007 ±	2009 €	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	servado	2015 +	2017 ±	2019 \$	2007 \$	2009 ±	2011 ±	T WORKSONED	rojetadas	2017 ±	2019 ¢	2021
Município ¢	2005 \$	2007 \$	2009 \$	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	servado 2013 ÷	2015 +	2017 \$	2019 \$	2007 ¢	2009 ¢	2011 +	T WORKSONED	rojetadas 2015 \$	2017 \$	2019 \$	2021
Município + COLORADO DO OESTE	2005 \$	2007 +	2009 \$	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR		2015 +			2007 \$	2009 \$	2011 \$	T WORKSONED	THE REAL PROPERTY.	2017 \$		2021 4.8
COLORADO DO OESTE s: úmero de participantes	no SAEB i	insuficien	ite para qu	2011 ÷	2013 ÷	am divulg	4.3	4.7			2011 \$	T WORKSONED	THE REAL PROPERTY.	2017 \$		
Município COLORADO DO OESTE s:	no SAEB i ão particip Igação con	insuficien oou ou não nforme Po	ite para quo atendeu	2011 ¢ ue os resulos requisep.	2013 ¢	am divulg	4.3	4.7			2011 \$	T WORKSONED	THE REAL PROPERTY.	2017 ÷		
Município ◆ COLORADO DO OESTE s: úmero de participantes. Sem média no SAEB. N SOlicitação de não dívul	no SAEB i ão particip Igação con	insuficien oou ou não nforme Po	ite para quo atendeu	2011 ¢ ue os resulos requisep.	2013 ¢	am divulg	4.3	4.7			2011 ÷	T WORKSONED	THE REAL PROPERTY.	2017 +		
Município COLORADO DO OESTE s: úmero de participantes Sem média no SAEB: N SOlicitação de não dívul	no SAEB i ão particip Igação con	insuficien oou ou não nforme Po	ite para quo atendeu	2011 ¢ ue os resulos requisep.	2013 ¢	am divulg ssários pa	4.3	4.7 esempen			2011 \$	T WORKSONED	THE REAL PROPERTY.	2017 ÷		

A nota do IDEB de 2021 não foi disponibilizada em 2022, estamos aguardando o resultado que geralmente sai em agosto.

c) Estratégia 7.15B da Meta 7 (fluxo e qualidade - universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação – triplicar o número de computadores utilizados para fins pedagógicos, meta 100%, R: Aquisição de material em parceria de Emenda Parlamentar e Ministério de Tecnologia e Inovações. Materiais adquiridos disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1A9e5ADuzpCNUxOGgdGHtFgA-hw6rCxTOOmmCKqnMa8k/edit?usp=sharing

Aquisição de materiais adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_diWRWKQZ7EWjdiLhVpyPCgQdFUnX3wK/view?usp=sharing

Aquisição de materiais adquiridos através do plano de aplicação do FUNDEB https://drive.google.com/file/d/1vKsM0N4NmYC5Id7HSIIZxu8jGgS-iYrZ/view?usp=sharing

d) Estratégia 7.18 da Meta 7 (fluxo e qualidade - infraestrutura básica, meta 100%, prazo 2024), por haver alcançado o percentual de 48,08%.



instituída:

meta não instituída;

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021 CONTROLE INTERNO



R= A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem investido em reformas e ampliações dos espaços escolares, objetivando assim, alcançar a meta de qualidade em infraestrutura básica. Os investimentos têm sido realizados em todas as escolas da Rede Municipal de Educação. As melhorias estão sendo realizadas, com o intuito de oferecer espaços adequados e em bom estado, para atender aos educandos e demais profissionais que atuam nesses espaços educativos. Diversas melhorias foram realizadas nas escolas, tais como: Reforma elétrica, implantação de poços artesianos, pintura, instalação de aparelhos de ar condicionados, construção de banheiros, aquisição de materiais permanente e pedagógico, aquisição de mobiliário.

iv. As metas e estratégias do Plano Municipal não estão aderentes com o Plano Nacional de Educação em razão de não haverem sido instituídas, estarem aquém das fixadas nacionalmente e com prazos superiores aos definidos, conforme descritas a seguir:

a) Indicador 2A da Meta 2 (meta 100%, prazo 2024), meta aquém do PNE; b) Indicador 3A da Meta 3 (meta 100%, prazo 2016), meta não instituída; c) Indicador 3B da Meta 3 (meta 85%, prazo 2024), meta aquém do PNE; d) Indicador 4A da Meta 4 (meta 100%, prazo 2024), meta aquém do PNE; e) Indicador 4B da Meta 4 (meta 100%, prazo 2024), meta não instituída; f) Estratégia 4.2 da Meta 4 (meta 100%, prazo 2024), estratégia aquém do PNE; g) Estratégia 7.15 da Meta 7 (meta 100%, prazo 2019), meta não instituída; h) Indicador 8A da Meta 8 (meta 12, prazo 2024), meta não instituída; i) Indicador 8B da Meta 8 (meta 12, prazo 2024), meta não instituída; j) Indicador 8C da Meta 8 (meta 12, prazo 2024), meta não instituída; k) Indicador 8D da Meta 8 (meta 100%, prazo 2024), meta não instituída; 1) Indicador 9A da Meta 9 (meta 100%, prazo 2015),

meta não instituída; m) Indicador 9B da Meta 9 (meta 93,5%, prazo 2024), meta não

m) Indicador 9B da Meta 9 (meta 93,5%, prazo 2024),





meta aquém do PNE;

2024), meta não instituída;

prazo além do PNE.

n) Indicador 10A da Meta 10 (meta 25%, prazo 2024),

- o) Indicador 15A da Meta 15 (meta 100%, prazo
- p) Indicador 16A da Meta 16 (meta 50%, prazo 2024),

R= A partir das avaliações e monitoramento realizados pelo Tribunal de Contas, Avaliação das Metas da Educação Infantil realizadas pela equipe SEDUC/RO questionários atrelados ao PAR/SIMEC no Mais PME, percebemos a necessidade de reestruturação do Plano Municipal local, ao Plano Nacional de Educação, é visível os desencontros de metas e estratégias, o que dificulta o monitoramento efetivo do PME, que nas avaliações dos órgãos fiscalizadores vem sempre atreladas ao PNE.

Levando em consideração a realização da Conferência Nacional de Educação-2022- Etapa Municipal realizada de forma Intermunicipal nos dias 01 a 03/12/2021, o Fórum Municipal de Educação tem a incumbência de realizar o monitoramento do PME, bem como, juntamente com a comunidade escolar, realizar a adequação do Plano Municipal de Educação ao PNE.

Ficou acordado com a Comissão de Monitoramento do PME que o alinhamento entre o PNE e PME acontecerá no primeiro semestre de 2022.

III.3) proceda com os ajustes contábeis necessários para correção da distorção decorrente do erro na classificação das receitas de convênio do FITHA, principalmente, em função dos efeitos sobre o acompanhamento dos limites da despesa com pessoal e o sobre a base de cálculo de transferência para repasse legislativo no exercício seguinte;

R- JUSTIFICATIVA: reproduzimos o que afirmamos, quando da analise da Prestação de Contas do Exercício de 2020, fato que ESSA Corte de Contas não Manifestou forma correta de classificação da Receita no caso especifico do CONVENIO FITHA, que tem como objetivo uma despesas corrente que trata de uma despesas de RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL, POIS NÃO HÁ AUMENTO DO PATRIMONIO, aguardamos um posicionamento dessa corte de contas a respeito do assunto.

- Discordamos do apontamento de Vossa Senhoria quanto ao Apontamento de **Superavaliação da RCL na qual passamos a esclarecer abaixo.**

Esclarecimento acerca da classificação da natureza de despesas de Custeio e de Investimento.





O assunto é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O Técnico dessa Corte de Contas, por meio deste expediente, questiona quanto a classificação da natureza das receitas de execução de serviços de Recuperação de estradas vicinais com serviços de revestimento primário, de origens Convênio nº 019/2020/FITHA-RO - CELEBRADO ENTRE O FUNDO PARA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FITHA E O MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA, cujo objetivo transcrevemos abaixo:

"DO OBJETO. CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objeto a transferência voluntária de recursos financeiros pela entidade concedente objetivando: Recuperação de estradas vicinais com serviços de revestimento primário, conforme Oficio (0012025642), plano de trabalho (0012137465), memorial descritivo (0012025651), memória de cálculo, planilhas orçamentárias, memória de cálculo da DMT e cronograma físico-financeiro (0012025656), relatório fotográfico (0012025657), croqui de localização com georreferenciamento da localização das estradas/trechos (0012025659), declaração de dispensa de licença ambiental e PCA/PRAD (0012025649), ART (0012025661), Análise nº 422/2020/DER-NUATC (0012025663), Decisão nº 62/2020/DER-GECON (0012171383) e Parecer nº 129/2020/CONV/PROJUR/FITHA-RO e De acordo do Presidente FITHA (0012221942), e demais documentos constantes no processo administrativo nº 0009.204030/2020-65, os quais são partes integrantes deste termo, independentemente de transcrição."

O Estado disponibiliza recursos para o atendimento das necessidades públicas, o conjunto desses recursos, então, é chamado de receita pública. É através dessas receitas que o Estado poderá atender às demandas diversas da sociedade, de forma ampla, então, podemos dizer que receita pública é o conjunto de valores recebidos pelo Estado e Municípios destinados a fazer frente as suas obrigações.

Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, as receitas públicas classificam-se de acordo com a sua categoria econômica em receitas correntes e receitas de capital, na verdade esse critério adotado é utilizado não só para as receitas, mas também para as despesas publicas, advindo de uma teoria de interpretação pouco consistente do pensamento keynesiano que pregava o combate a depressão através do orçamento de capital, um grupo de economista, visualizando apurar os índices de formação do Produto Interno Bruto e da renda Nacional, passou a pregar a necessidade de um orçamento elaborado à base de contas classificadas por categorias econômicas, sem duvida, que esse tipo de classificação também se presta a programação, pelo menos a uma distinção nítida entre custeio e investimento.

No caso em evidencia o Convênio nº 019/2020/FITHA-RO - tem objetivo : Recuperação de estradas vicinais com serviços de revestimento primário, ou seja, esta receita é





para execução de uma despesa de manutenção não haverá aumento de patrimônio, porque as estradas vicinais já existe e a despesas para realização desse Convenio segundo o art, 12 da Lei Federal 4.320/64 é uma despesas Corrente, vejamos abaixo a classificação das Receitas e Despesas (Custeio e Investimento) art. 11 e 12 da Lei Federal 4320/64.

- Art. 11 A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)
- § 1º São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

 (Redação dada pelo Decreto Lei nº 1.939, de 1982)
- § 2º São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.

Verificamos que no §1°, do art.11, em que grifamos o final da redação que são receitas correntes quando destinadas a atender despesas classificáveis em DESPESAS CORRENTES, devido que as despesas de RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS, é uma despesas corrente.

Acrescentamos também alguns esclarecimentos quanto as Receitas Transferidas que são as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de Direito Publico ou Privado, quando destinadas a atender a despesas de manutenção e funcionamento, conforme condições estabelecidas pela entidade repassadora, ou pela própria administração da entidade, de acordo com suas necessidades.

Estas receitas, pelo disposto acima, destinam-se a atender a despesas classificadas em Despesas Correntes, o círculo está aparentemente fechado, assim a classificação obedece à sua destinação, o que dificulta sobremaneira a gestão orçamentaria e programação governamental.

Na pratica podem surgir problemas sérios, é claro que a Receita Corrente pode financiar despesas de Capital através do superávit do Orçamento Corrente. Pode a Receita de Capital financiar Despesa Corrente? Não é caso normal, nem aconselhável.

Da Despesa

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: (Vide Decreto-lei nº 1.805, de 1980)

DESPESAS CORRENTES

<u>Despesas de Custeio</u> Transferências Correntes DESPESAS DE CAPITAL





Investimentos Inversões Financeiras Transferências de Capital

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

- § 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.
- § 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:
- I subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;
- II subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.
- § 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
 - § 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:
 - I aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;
- II aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;
- III constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- § 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Pelo Demonstrado não fizemos superavaliação da RCL, uma vez que a transferência recebida é uma Receita Corrente e Não RECEITA DE CAPITAL, A CLASSIFICAÇÃO no Estado como TRANSFERENCIA DE CAPITAL é apenas para aumentar o PIB do Estado, porem a despesas de recuperação não caracteriza um aumento de Bens para o Estado, sendo





assim não pode ser classificado como receita de Capital, errado está o Estado ao fazer repasse como transferência de Capital com base em um PLANO DE TRABALHO DE MANUTENÇÃO, OU RECUPERAÇÃO de um bens anteriormente criado, que não modifica o Patrimônio.

15 – Recomendações

15.1- Recomendamos ao gestor Municipal que, procure administrar o orçamento público valendo-se do conservadorismo, evitando os excessos de entusiasmo e de valorizações, de forma a buscar e manter equilíbrio entre despesas e as receitas, em virtude da constante queda do FPM que é a principal fonte de receita. A queda dos repasses ao Fundo, ocorrida neste ano, foi provocada pelas perdas de receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR), as duas principais fontes de receita do FPM e a redução do índice do repasse do ICMS em consequência da situação de calamidade publica;

15.2- Recomendamos ao gestor Municipal, que reestrutura o setor de arrecadação, com pessoal e equipamentos necessario para o bom desempenho as funções inrente ao setor e desenvolva estudos que permitam adotar um conjunto de medidas que viabilizem aumentar a arrecadação municipal decorrente da atividade tributária, assim que realizar novo concurso publico, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal e a LC 173/2020.

15.2.1 — Recomendamos ao Gestor Municipal da necessidade de cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas, acerca da possibilidade de emissão de juizo desfavorável a aprovação de sua prestação de contas de governo futura e sob pena de ser penalizado por inercia no descumprimento de uma determinação do Tribunal de Contas.

15.2.2 Recomendamos ao Gestor Municipal, da necessidade urgente de estruturação do Setor de Pessoal, visto que apenas 02 (duas) servidoras ser insuficiente para o desempenho das atividades que necessita o setor, bem como, promova as devidas capacitação, ha necessidade de cumpirmento da legislação do e-social e o setor esta muito atrasado em relação aos testes de consistencia do programa que pode penalizar o Municipio, e mesmo causar transtorno desnecessario;

15.2.3 Recomendamos ao Gestor Municipal, da necessidade urgente de estruturação do Setor de Contabilidade, no setor existe apenas uma contadora para empenhar, liquidar e efetuar todos os trabalhos que diz respeito ao setor, para atender a Prefeitura, o Fundo Municipal de Saude, o Fundo Municipal de Assistencia Social e o Fundo Municipal de Educação, esta mais que sobrecarregado, fato este que tambem sobrecarreda este Controle Interno;

15.3 – Recomendamos ao gestor Municipal da necessidade da conclusão do inventario fisico e financeiro anual, para que se possar





efetuar os ajustamentos necessario caso haja, divergencias que por ventura surgirem, dos assentamentos contabeis com o inventario, onde serão então ajustados.

15.4 – Responsabilize os Secretários e os responsaveis pelo planejamento a melhorar informações quanto as metas que almejam alcançar, metas físicas, devido nas condições que esta dificulta a avaliação do Plano Plurianual/Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento, e aperfeiçoamento na atuação do governo, com revisões da alocação de recursos, traduzidos na revisão do plano e nos orçamentos anuais, planeje o que possa cumprir, dentro das prioridade e capacidade de realização no novo PPA em vigor para 2018 a 2021, bem com, cobre a necessidade da eleboração periodica do Relatorio de Gestão, não deixando para o inicio o exercicio seguinte, prestação de contas inicia primeiro de janeiro de cada exercicio.

17 – Conclusão

Pelas análises realizadas, evidenciamos que de forma geral a Prefeitura Municipal cumpriu e vem cumprindo a legislação vigente, em especial o processamento da despesa e as normas legais quanto às execuções orçamentárias, financeiras e patrimoniais, pelo que opinamos pela regularidade com ressalva dos atos praticados e emitimos o Certificado de Auditoria que acompanha este Relatório.

É o Relatório, Colorado do Oeste-Ro., 29 de Março de 2022.





CERTIFICADO REGULARIDADE

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-Ro. Prestação de Contas Exercício de 2021

A Controladoria Geral do Município de Colorado do Oeste Ro, é de opinião pela Certificação de Regularidade com Ressalva das Contas Chefe do Executivo Municipal, atinentes ao exercício financeiro de 2021, de responsabilidade do Senhor Jose Ribamar de Oliveira.

A administração observou os princípios constitucionais e legais que regem a administração pública municipal, bem como, as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos do município e o cumprimento da gestão fiscal e,

Que as demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste, composta pelos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e pelas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, exceto pelas situações descritas nos itens 14..., do Relatório de Auditoria representam a situação patrimonial em 31.12.2021 e os resultados orçamentários, financeiro e patrimonial relativo ao exercício encerrado nessa data, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade do setor público.

Colorado do Oeste - Ro, 29 de Março de 2022.

Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno





PARECER DE AUDITORIA.

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-Ro. Prestação de Contas Exercício de 2021

Analisamos o processo de Prestação de Contas, do exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO e certificamos que a mesma contém todas as peças exigidas pela Instrução Normativa n. º 013/2004, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Os atos de gestão do exercício foram analisados por amostragem, na extensão julgada necessária, não sendo constatado ato ilegal ou ilegítimo que possam comprometer as contas do ordenador de despesa, apenas algumas determinação de acordão da Corte de Contas que ainda não foram cumprida em sua totalidade em virtude da falta de recursos humanos e normativas.

Desse modo, tendo por base os exames e informações levantadas no relatório da Prestação de Contas Anual, somos de parecer pela Regularidade com Ressalvas das Contas Anuais de Responsabilidade do Excelentíssimo Prefeito Jose Ribamar de Oliveira.

Colorado do Oeste - Ro, 29 de Março de 2022.

Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno.





PRONUNCIAMENTO DA AUTORIDADE SUPERIOR.

Em atendimento a Instrução Normativa nº. 007/2000 e Lei Complementar n.º 154/96, do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, atesto ter tomado conhecimento da Prestação de Contas e do Relatório da Unidade de Controle Interno, do exercício de 2021 que vai acompanhado do Certificado e Parecer, além dos documentos pertinentes.

Assim, considerando o relatório e demais documentos apresentados pela Unidade de Controle Interno, determino aos Secretários que:

- a) Seja acompanhado com maior rigor, a execução orçamentária afim de manter o equilíbrio orçamentário evitando Déficit na execução e procurar a acompanhar e executar as ações previstas PPA x LDO x Orçamento, para que possam ser todas realizadas na medida das disponibilidades financeira na forma da Lei;
- b) De conhecimento nas determinações e recomendações do Tribunal de Contas, que faça pronunciamento a respeito no prazo de 60(sessenta) dias das ações efetivamente realizada no sentido de sanar as divergências por ventura existir ou efetuar pedido de prorrogação de prazo;
- c) Cumpra as recomendações de reestruturações dos setores carente de infraestrutura para desempenho de suas atividades fins;

Dê ciência a todas as secretarias desta Prefeitura, para as providências necessárias na elaboração dos novos instrumentos de planejamento Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, procure definir as metas fisicas, metas financeiras informação clara quanto a unidade de medidas para avaliação das ações, certificação dos objetivos propostos com o resultados esperados, para melhor elaboração dos relatorios de gestão.

Publique-se na forma da Lei.

Encaminhe-se a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, juntamente com o Relatório do Controlador Interno, Certificado e Parecer.

Colorado do Oeste-Ro, 29 de Março de 2022

Jose Ribamar de Oliveira Prefeito Municipal





		DEMONSTRA	TIVO DAS METAS F	ISICAS E FISCA	IS POR AÇÕE	S SECRETARIA	A MUNICIPAL DE ED	UCAÇÃO E CULTURA	4			
Código	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND. MED.	Meta	s Físico-Prev	ista					Executadas por Ano	
				PF	PA2019/2021	L				LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
12.306.2.047	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAEF		Refeições				254.987,31	196.496,00	229.688,02	221.678,00	111.802,02	173.725,29
12.306.2.048	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAEP		Refeições				55.001,00	52.224,00	60.000,00	52.312,31	39.310,41	35.338,96
12.306.2.049	Atividades da Prog. Nac. Alim. Esc.PNAEC		Refeições				54.616,14	68.594,00	64.000,00	54.612,75	40.534,14	45.983,75
12.361.2.041	Ativ. Prog. Educ. Resistências a Drogas		Und				11.700,00	11.000,00	11.000,00	10.887,83	0,0	0,0
12.361.1.031	Obras Melhorias Unid. Escolar		UND				323.576,12	179.000,00	478.668,36	285.491,62	156.893,00	470.066,36
12.361.1.027	Aquis. Ônibus Transp Esc.		UND				474.223,00	20.000,00	20.000,00	472.220,00	0,0	0,0
12.361.1.028	Mod. Tecnológica nas Escolas.		Equip				379.735,52	79.653,45	35.000,00	379.735,52	39.234,96	17.103,00
12.361.1.029	Const. E Obras Melhorias Q. P.Esportivas						141.900,00	12.000,00	20.000,00	141.806,26	1.499,95	4.620,00
12.365.1.030	Const. E Obras d Melhorias C. E Pre Esc.						143.486,05	110.000,00	125.000,00	143.486,05	131.764,59	4.890,50
12.361 2.052	Ativ. Transporte Escolar		UND				3.178.598,83	2.847.442,40	2.485.720,61	2.684.545,22	314.379,66	766.239,93
12.361.2.040	Ativ. Secretaria Um. Educação						1.250.055,12	1.278.000,00	1.399.000,00	1.169.952,11	1.413.075,89	1.837.138,61
12.361.2.046	Ativ. Prog. Salário Educação		UND				419.369,75	350.000,00	441.095,00	416.363,18	256.613,65	245.373,64
12.361.2.051	Ref. Cons. Unid, Escolar		UND				0,0	0,0	0,00	10.804,15	0,0	0,0
12.361.2.042	Ativ. Ens. Fundamental		Alunos				6.621.639,35	6.672.653,45	7.555.035,71	6.405.358,14	7.703.606,88	8.584.594,70
12.306.2.050	Ativ. Do Prog. Nac. Alim. Esc. –PNAE/EJA.		Alunos				2.856,000	9.856,00	10.500,00	2.143,48	2.532,82	0,0
12.365.2.043	Atividade do Ens. Infantil Pre Escolar		Alunos				1.365.092,50	1.574.500,00	1.551.000,00	1.315.870,45	1.540.413,06	1.468.691,01
12.365.2.044	Atividade do Ens. Inf. Creche.						1.715.958,64	1.815.000,00	2.023.500,00	1.688.010,53	2.047.227,94	2.367.411,82
12.361 2.054	Firmar Conv. E Parc. APAE						0,00	30.000,00	40.000,00	0,0	0,0	39.996,62
12.367 2.045	Ativ. Ensino Especial		UND				275.900,00	253.000,00	38.000,00	262.358,96	167.435,98	57.493,85
13.392 2.053	Aqui. Acervo de Liv. Biblioteca.		UND				0,00	10.000,00	5.000,00	0,0	2.333,32	0,0
13.392 2.055	Ativ. Política Desenv. Cultura						67.930,65	110.121,60	102.500,00	63.821,84	1.909,99	0,0
12.361 2.077	Ativ. Conselho Municipal Educação						62.856,46	88.000,00	84.000,00	56.789,67	44.408,90	75.488,41
12.306.2.051	Atividade Programa Nac. alimentação Escolar		Und				11.766,00	11.766,00	10.000,00	0,0	11.529,50	8.157,30
12.361.1.002	Aquisição Veiculo Leve para Executivo								100.000,00	0,0	0,0	280.200,00
TOTAL							16.811.248,44	15.779.306,90	16.888.707,70	15.838.248,07	14.026.506,66	16.482.513,75

Obs: Azul ações do PPA 2018/2021 falta informações das metas físicas.

Colorado do Oeste RO, 15 de Março de 2022. Tertuliano Pereira Neto Controlador Interno.





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	M	etas Físico-Previs	ta –					Executadas por And)
			MED.		PPA 2019 A 202	1				LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
25.752 1.010	Amp. Red. Iluminação Public						10.775,00	10.000,00	10.000,00	0,0		0,0
04.122 1.012	Contr. N. Prédio Prefeitura		UND				50.000,00	0,0	0,0	0,0		
04.122.1.009	Const. Capela Mortuária		M ²				0,0	0,0	0,0	38.066,86		
04.122.1.013	O. Melhoria Inst. Fisica		M ²				10.775,00	157.041,46	501.175,14	0,0	143.323,28	489.534,23
26.782.1.015	O. Melhoria Inst. Fisica T. Rodov.						0,0	10.000,00	10.000,00	0,0	0,0	0,0
04.122.1.024	O. Melhoria no Cemitério		UND				32.325,00	17.883,00	30.000,00	0,0	9.000,00	9.982,00
04.122.2.038	Benf. E M. Inst. P. Exposição		M ²				0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
04.122.2.039	Firmar Convênio com ASCOOL		UND	1			32.325,00	0,0	0,0	30.000,00	0,00	0,0
04.122.2.042	Man. Cemitério Municipal		Serviço	1			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04.122.2.033	Ati. Sec. Mun. De O. E S. Public		Serviço	12			3.831.325,00	4.225.641,30	4.292.405,16	4.146.388,36	4.090.470,30	4.571.110,60
20.605.1.025	O. Melhoria B. Feira Municipal		UND				0,0	23.230,00	10.000,00	0,0	13.230,00	0,0
04.122.2.041	Firmar Conv. Com APAD		UND	1			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04.122.2.028	Firmar Conv. Parc. Assoc.						0,0	0,0	4.489,09	0,0	0,0	0,0
10.512.1.014	Imp. De Esgoto Sanitário		М	5700			10.775,00	1.000,00	10.000,00	0,0	0,0	0,0
17.512.1.017	Can. Dren. De Igarapé e C.Agua		М	300			10.775,00	1.037,38	10.000,00	0,0	0,0	0,0
17.512.1.015	Cont. A.S. para R. Sólidos.		М	1			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25.751.2.034	Man. Rede Iluminação Publica		%	100			172.400,00	210.000,00	250.000,00	169.967,95	207.439,17	299.253,36
26.781.1.023	O. Melhoria Aeroporto		UND				0,0	10.000,00	10.000,00	0,0	0,0	0,0
26.782.1.018	Const. P. Bueiro Concreto		М	50,			0,0	0,0	10.000,00	0,0	0,0	217.248,00
26.782.2.035	Rec. Cons. P. E Bueiros		UND	100			377.125,00	435.813,50	430.000,00	295.516,67	384.946,92	302.233,07
26.782.2.036	Rec. Cons. De Estradas Vicinais		KM	600			915.875,00	1.460.246,78	908.416,05	951.436,89	1.324.400,75	1.439.282,35
26.782.1.019	Aq. Veic. M. Equip. Rodoviário		UND	2			107.750,00	127.050,00	202.050,00	1.462.990,00	0,0	651.655,28
26.782.1.020	Dren. E Pav. Asf. Vias Urbanas		М	5000			10.775,00	3.916.612,93	5.256.406,17	2.975.710,93	987.265,25	5.785.160,15
26.782.1.021	Const. Ciclovias em V. Urbanas		М	1000			20.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26.782.1.026	Rec., Manutenção e Revitalização		М				21.550,00	0,0	20.000,00	0,0	0,0	123.459,25
26.782.1.011	Ampliação Vias Urbanas		M ²				10.775,00	0,0	10.000,00	0,0	0,0	0,0
26.782.2.037	Rec. Conservação Vias Urbanas		%	100			269.375,00	250.000,00	200.000,00	213.088,52	163.405,99	183.108,96
26.782.1.038	Projeto Cidade Limpa		Lixeiras				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
26.782.1.039	Contrução Ponto de Taxi		M ²			01		217.962,62	16.377,62	0,0	201.585,00	55.549,34
26.782.2.038	Rec. Asf. Tapa B. Vias Urbanas		%	100			172.400,00	816.684,81	175.000,00	1.146.567,44	675.447,21	49.876,20
26.782.2.039	Rec. Conserv. Patr. Mecanizada		UND				0,0	0,0	4.972,84	0,0	0,0	0,0
27.813.1.022	Construção Praça Publica		M ²	1			10.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27.813.1.026	Rec. E Cons. de Praça Publica		UND	5000			0,0	1.026.081,80	0,00	0,0	927.959,95	0,0
26.782.1.016	Const. Calçadas e Meio Fios		М	5000			86.200,00	104.653,45	29.285,71	10.161,00	0,	0,0
26.782.2.046	Rec. E Cons. Calçadas e M. Fio		%	100			0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
26.782.1.018	Const. De Gal. Pon tes e Bueiros						53.875,00	801.221,99	0,0	0,0	737.436,70	0,0
	Total						6.217.175,00	13.822.161,0	12.400.577,7	11.439.894,62	9.865.910,52	14.177.452,79
						1		2	8			

Azul ações do PPA 2018/2021.





Controlador Interno

Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND. MED.		Física -Prevista		Meta	s Físicas/Previstas-I	.DO		Executadas por Ano	
					2019 A 2021					LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
10.122.1.002	Aquis. Veiculo Leve Executivo						45.494,84	5.000,00	60.000,00	0,0	0,0	0,0
10.301.1.034	Aquis. Veic. Emerg. Ambulância		UND	01			269.000,00	5.000,00	5.000,00	222.518,00	0,0	0,0
10.301.2.060	Atividade da Sec. Mun. Saúde.		Und	03			807.963,70	694.000,00	694.000,00	757.685,09	669.260,68	548.263,22
10.301.2.063	Ativ. Do Cons. Mun. Saúde.		Reuniões	01			3.000,00	5.000,00	5.000,00	2.760,00	0,0	4.676,11
10.301.1.035	Obras Melhorias Unid. Saude						3.540,00	20.000,00	164.502,54	3.539,20	0,0	185.341,71
10.301.2.064	At. Assist. Farmácia Básica		Programa	05			375.000,00	445.000,00	718.161,78	238.509,63	363.813,52	689.477,40
10.301.2.065	Atividade da Atenção Básica.		Atendimento	02			2.300.855,62	1.899.000,00	2.137.212,04	1.971.267,38	2.251.406,22	2.179.342,52
10.301.2.066	At. Prog. Saúde da Família PSF		Famílias.	100			745.100,00	582.000,00	592.000,00	739.788,00	749.025,59	431.367,08
10.301.2.068	At. Prog. Ag. Com. De Saúde.		População				1.401.850,00	1.280.000,00	1.357.090,00	1.391.728,76	1.432.715,30	1.252.986,94
10.301.2.067	At. Prog. Saude Bucal		População	65			87.452,91	92.140,00	92.140,00	33.498,27	1.639,99	30.077,63
10.301.2.069	At. S Prog. C. Def. Nutricional		C. Carentes	524			0,00	10.000,00	10.000,00	0,0	0,0	0,0
10.301.2.070	At. S. Prog. Saúde do Idoso		Pessoa Idosa	65			5.000,00	10.000,00	10.000,00	4.496,88	0,0	9.635,40
10.301.2.071	Prog. Saúde Penitenciaria		Detentos	21			10.000,00	10.000,00	10.000,00	9.984,82	0,0	0,0
10.302.1.038	Construção Unidade de Saúde		M ²	01			0,0	0,0	41.437,74	0,0	2.790.622,75	40.962,07
10.302.1.037	Aq. Equipamentos Hospitalares		UND	08			1.185.227,48	59.306,90	98.000,00	985.003,45	0,0	15.260,00
10.302.2.072	MAC- Atend. Emerg. Hospitalar		População	04			7.144.316,71	5.667.473,80	6.353.807,61	6.749.460,25	6.864.618,52	6.374.907,46
10.303.2.073	Centro Asist. Psico Social CAP I		PACIENTE	130			206.078,06	192.000,00	217.000,00	201.238,45	119.767,61	94.623,29
10.304.2.062	Vigilância Sanitária		Programas	2			20.000,00	20.000,00	20.000,00	17.185,32	3.806,30	16.691,00
10.305.2.061	Vig. Em Saúde Epidem. Ambiental		Programas	2			211.100,00	214.000,00	299.270,00	191.037,05	394.677,15	553.176,59
10.302.1.036	O. Melhoria Hospital Municipal						38.848,10	59.306,90	33.000,00	16.100,00	522.925,07	597.084,00
10.301.2.074	Atividade da Rede Cegonha		Paciente				0,0	13.000,00	13.000,00	0,0	6.000,00	4.907,80
10.301.2.075	Atividade PMAQ- Atenção Básica		Programas				85.000,00	100.000,00	0,00	74.408,19	30.695,84	0,0
10.301.1.027	Aquis. De Veic. Transp. Coletivo Passag		Und				193.000,00	0,0	0,0	184.220,00	0,0	0,0
10.122.2.079	Ativ. Enfrentamento Emergência Saúde								320.734,48		1.476.990,84	1.372.001,94
10.301.2.054	Firmar Convênios e Parc. Com APAE								25.417,09			25.417,09
	TOTAL					1 1	15.139.846.42	11.382.227,60	13.276.773,28	13.794.428,74	17.677.965.38	14.426.199,25

^{*} Azul ações do PPA 2018/2021.





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND. MED.	l N	letas Físico-Previ	sta	Metas F	inanceiras/Previs	tas LDO	I	Executadas por Ar	10
					PPA 2019 A 202	1				LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
04.122 2.002	Ativ. Gabinete do Prefeito		Serviços	23			1.729.860,00	1.581.500,00	1.531.000,00	1.301.889,62	1.330.717,57	1.273.825,50
04.122 2.003	Ativ. Tiro de Guerra		Und	50			68.421,25	66.000,00	76.500,00	61.129,64	54.948,17	71.559,83
04.122.2.004	Ativ. Da Coord. Mun. De Transito.		%	100			21.550,00	20.000,00	20.000,00	8.790,23	3.793,00	4.360,4
04.122.2.005	Ativ. Coord. Mun. Transito						0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
04.122 1.002	Proj. Aquisição Veiculo						71.419,50	0,0	100.000,00	0,0		0,0
04.122 2.076	F. Conv. E Parc. Com Orgão						45.793,75	62.500,00	42.500,00	0,0		0,0
04.122.1.003	Imp. E Mod. Da Sinalização Horizontal.						53.875,00	30.000,00	30.000,00	0,0		21.549,68
04.122.1.004	Realização de Concurso Pub. Mun						62.500,00					
TOTAL							2.055.438,50	1.760.000,00	1.800.000,00	1.371.809,49	1.389.458,74	1.371.295,4

Azul ações do PPA 2018/2021.

Colorado do Oeste RO,15 de Março de 2022.





		TIVO DAS META	S FISICAS E FISCAIS I	POR AÇOES D	A SECRETARI	A MUNICIPA		•				
Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND. MED.		as Físico-Prev		Metas F	inanceiras/Previs	tas LDO		Executadas por Ano)
				PP.	A 2019 A 20	21				LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
04.123 1.002	Aquis. Veic. Leve para Executivo			0	0	0	0	0				52.592,0
04.123 2.005	Ativ. Sec. Adm. E Finanças		Serviço	01			2.309.162,50	2.814.892,93	0,0	2.163.079,73	2.430.441,79	4.049.335,8
28.843.0.002	Serviço da Divida Interna			01				360.000,00	360.000,00	285.191,67	79.837,48	74.539,5
28.846.0.001	Sentença Judiciais Precatórios			01				600.000,00	600.000,00	308.096,28	456.986,90	292.363,5
28.846.2.006	Sentenças Judiciais			01				200.000,00	200.000,00	142.513,39	158.480,63	149.221,60
04.123.1.003	Aquisição Veiculo P/Semaf		Und					0,0	0,0			
99.999	Reserva de Contingência.						325.250,00	333.091,49	401.658,20			
		•	•	AS DE	MAIS ATIVIDA	DES FORAN	UNIFICADAS NA	SEMPLAFIN			,	
TOTAL							2.634.412,50	4.307.984,42	1.561.658,20	2.898.881,07	3.125.746,80	4.618.052,6

Azul ações do PPA 2018/2021.

Colorado do Oeste RO,15 de Março de 2022.





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND. MED.	Meta	s Físico-Previs	sta	Metas	Financeiras/Previ	stas LDO		Executadas por Ano	
				PP	A2019 A 2021					LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
08.122 2.008	Ativ. Sec. Mun. Trab. A. Social		Und				1.532.635,99	1.938.068,50	1.866.705,50	1.566.006,14	1.685.089,14	1.782.017,21
08.241.1.007	O. Melhoria Centro Convivencia						10.775,00	10.000,00	10.000,00	0,0	0,0	0,0
08.244.1.002	Aquisição Veiculo Semas		Und				0,0	0,0	0,0	54.900,00	0,0	0,0
08.242 2.009	Ativ. Prog. P. Port Deficiência						12.843,80	17.920,00	70.849,12	8.962,39	4.708,35	108.522,50
08.244 2.011	Ativ. F. M. A. Social						72.192,50	90.000,00	60.000,00	36.068,77	50.607,80	10.900,15
08.244 2.012	Atividade do PAIF						77.580,00	127.500,00	137.277,51	13.326,60	29.099,65	69.765,01
08.244 2.013	Ativ. Ind. Gest. Descentralizada						32.325,00	45.498,05	74.045,91	16.653,31	3.893,51	12.849,00
08.243 2.014	Ativ. P.E.T.I Piso Variavel						32.325,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
08.243 2.015	Ativ. Do C.M.D.C.A						40.945,00	35.000,00	35.000,00	27.922,38	1.174,42	0,0
08.243 2.016	Ativ. Casa Abrigo						18.877,80	57.336,06	56.631,20	16.538,69	39.671,54	36.475,40
08.243 2.018	Ativ. Do Projovem						0,0	0,0	0,00	30.366,36	0,0	0,0
08.243 2.019	Ativ. Conselho Tutelar						183.692,20	217.500,00	199.500,00	145.204,69	153.264,99	159.572,15
08.244 2.010	Ativ.Serv. Conv. Fort. Vinc. PBV II						124.612,88	295.967,84	306.410,70	131.749,23	58.819,12	135.446,42
04.244.1.005	O. Melhoria Centro CCIA I						10.775,00	30.000,00	30.000,00	0,0	0,0	0,0
04.244.1.006	O. Melhoria Centro CCIA II						10.775,00	15.000,00	15.000,00	0,0	0,0	0,0
08.244 2.020	Ativ. IGDSUAS						16.162,50	26.585,42	20.535,72	14.794,32	5.860,00	8.697,59
08.242 2.078	Atividade Prog. BPC Escola						0,0	2.040,00	2.134,94	0,0	1.256,86	589,70
08.122 2.079	Enf. Emergência de Saúde Publica						0,0	278.331,47	175.328,89	0,0	82.252,40	57.382,36
08.244 2.080	Ativi. Programa Criança Feliz						0,0	112.520,41	94.974,19	0,0	62.758,84	84.337,48
08.243.1.040	Const. Do CREAS						0,0	458.528,77	0,0	0,0	454.087,58	62.779,96
08.244.2.081	Programa Criança Feliz						0,0	8.400,00	15.766,77	0,0	1.036,00	2.985,00
08.244.2.082	Programa Mamãe Cheguei						0,0	5.700,00	11.401,88	0,0	0,0	1.197,90
08.241.2.007	Firmar Conv. Ent. Filantrópica						29.092,50	30.000,00	30.000,00	25.800,00	28.200,00	28.800,00
08.243.2.017	Atividade da Guarda Mirim						34.480,00	95.000,00	85.000,00	37.118,65	0,0	0,0
16.482.2.014	FHIS-Fund. De Hab. De Int. Social						0,0	30.000,00	30.000,00	0,0	0,0	0,0
08.244.2.083	Ativ. Benefícios Eventuais						0,0	24.100,00	69.154,84	0,0	24.073,92	41.051,53
08.244.2.018	Atividades do C R EA S						8.135.125,50	290.197,00	314.400,00	164.999,93	202.667,01	276.721,91
TOTAL							10.375.215,6	4.241.193,52	3.710.117,17	2.290.411,46	2.888.521,13	2.880.091,27
		1					7					

Azul ações do PPA 2018/2021.

Colorado do Oeste RO, 15 de Março de 2022.





	DEMONSTRATIVO DA	S METAS FISIO	CAS E FISCAIS	POR AÇÕES SECRE	TARIA MUNI	CIPAL DE PL	ANEJAMENTO, M.	AMB. E DESENVO	DLVIMENTO URBA	NO		
Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	Meta	s Físico-Previs	sta	Metas I	inanceiras/Previs	tas LDO		Executadas por Ano	
			MED.	PPA	2019 A 202	1				LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020		2019	2020	2021
04.121 1.002	Proj. Aquisição Veiculo						0,0	157.950,00	50.000,00	106.154,00	0,0	0,0
04.121 2.021	Ativ. Da Secretária/2.085						1.257.442,50	1.324.199,56	782.000,00	1.387.606,11	1.130.877,64	481.491,06
04.122 1.008	Ind. Ou Aquis. Área Int. Publico						53.875,00	30.000,00	0,0	0,0	0,0	0,0
04.121.1.019	Aquis. Veic.Pes. Maq. Equip. Rod.						0,0	0,0	152.000,00	0,0	0,0	0,0
20.605.2.027	Ativ. Des. Politica Des. Rural						129.300,00	354.500,00	507.000,00	325.800,00	227.000,00	898.444,35
04.122 2.022	Firmar Conv. SEBRAE						53.875,00	59.653,45	100.000,00	10.000,00	15.000,00	131.125,00
04.122 2.028	Firmar Convênio com SENAI						0,0	42.306,90	0,00	10.000,00	34.653,45	0,0
18.543 2.029	Ativ. Rec. Cons. Rios M. Ciliares						10.775,00	10.000,00	30.000,00	0,0	0,0	10.000,00
20.608 2.023	Ativ. Viveiro Municipal						59.262,50	35.000,00	55.000,00	2.200,00	17.834,50	44.838,25
20.602 2.025	Ativ. Pol. Dês. Agropecuário						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20.602 2.033	Ativ. Pol. Dês. Piscicultura						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20.602 2.023	Ativ. Pólo. Dês. Apicultura						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04.122.2.028	Firmar Conv. Associações Cooperativas						43.100,00	0,0	65.834,18	0,0	0,0	35.834,18
15.452.2.026	Ativ. Politica Desenvolvimento Urb						32.325,00	30.000,00	30.000,00	1.634,99	13.486,47	24.128,85
20.605 2.026	Ativ. Fort. Prod. Agrop. E Com. Leite						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04.122 2.029	Ativ. Firmar Conv.c/ o SENAR						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20.602.2.034	Ativ. Pol. Des. Suinocultura						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
18.542 2.024	Ativ. Cons. Int. RGL de Ro						107.750,00	62.400,00	55.000,00	38.720,68	52.207,43	68.589,11
20.606 2.031	Atividade do SIM						11.852,50	11.000,00	12.000,00	2.148,68	2.680,72	8.763,47
20.606 2.037	Atividade do PROVE						0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04.606.2.032	Ativ. Prog. Verticalização						23.705,00	20.000,00	22.000,00	9.812,43	0,0	7.975,00
23.691.2.030	Ativ. Aplic. Lei Geral M.Empresa						10.775,00	10.000,00	0,00	0,0	4.974,95	0,0
18.542.2.025	Ativ. Estrut. Plan. E Exec.						53.875,00	50.000,00	20.000,00	0,0	7.038,62	0,0
04.695 2.087	Ativ. E Politica Desenv. Do Turismo								30.000,00			1.990,00
TOTAL							1.847.912,50	2.197.009,91	1.910.834,18	1.894.076,89	1.505.753,78	1.713.179,27

Azul ações do PPA 2018/2021.

Colorado do Oeste RO, 15 de Março de 2022





Cod.	PROGRAMAS/AÇÕES	PROD.	UND.	Me	tas Físico-Previs	sta	Metas	Financeiras/Prevista	s LDO	E	xecutadas por And	٥
			MED.	PI	PA 2019 A 2021	l				LOA	LOA	LOA
				2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
27.122 1.051	Proj. Firmar Conv. Fed. Mot. Ro											
27.122 2.056/2.086	Atividade da Secretária			01			301.915,50	428.000,00	495.209,69	382.737,33	276.048,49	417.955,01
27.122.1.002	Aquisição Veiculo Semelt						0,0	20.000,00	20.000,00	0,0	0,0	0,0
27.812 1.032	Obras Melhoria C Gin. Poliesportivo						67.667,00	29.933,02	21.000,00	4.604,55	17.207,16	0,0
27.812 1.032	Proj. Benf. Mod. Esportivo			01			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27.811.2.058	Ativ. Bom de Bola Bom na Escola			01			21.550,00	25.000,00	25.000,00	11.492,80	12.027,60	0,0
27.812 1.033	Obras Melhoria Mod. Esportivo			01			45.255,00	46.066,98	50.000,00	684.847,20	14.073,00	45.275,78
27.812 2.067	Ativ. Ref. C Gin. Poliesportivo			01			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
27.812 1.038	Aquis. Equip. Perm. Acad. Ar Livre			01			0,0	0,0	0,0	189.899,00	0,0	0,0
27.122.2.057	Firmar Conv. Ent. Esportivas			01			646.550,00	79.306,90	55.417,09	24.050,00	0,0	0,0
27.812.2.059	Realização de Camp. Torn. Mult. Mod.						37.712,50	20.000,00	20.000,00	17.984,97	11.221,00	39.663,57
27.812.1.019	Aquis. Equip. Pesados Maq. Equip. Rodoviario							331.000,00	0,0			0,0
27.812.1.027	Aquisição Veiculo Transp. Coletivo								331.000,00			326.400,00
TOTAL							1.120.650,00	979.306,9	1.017.626,78	1.315.615,85	330.577,25	829.294,30

Azul ações do PPA 2018/2021.

Colorado do Oeste RO, 15 de Abril de 2022.